

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

HIARA LÍGIA MENDES ALENCAR

**ESTUDO SOBRE O PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DOS ALUNOS DO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA FEAAC-UFC**

**FORTALEZA
2009**

HIARA LÍGIA MENDES ALENCAR

**ESTUDO SOBRE O PERfil DE ENDIVIDAMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE
ADMNISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA FEAAC-UFC**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Jocildo Figueiredo Correia Neto

FORTALEZA

2009

R 13998827

Ac 111204

M

658

A353e

A353e

Alencar, Hiara Lígia Mendes

Estudo sobre o perfil de endividamento dos alunos do curso de Administração de Empresas da FEAAC-UFC/ Hiara Lígia Mendes Alencar. Fortaleza: UFC/FEAAC, 2009.

86f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará.

Departamento de Administração.

Orientador: Jocildo Figueiredo Correia Neto

1. Finanças Pessoais. 2. Poupança. 3. Investimento. 4. Planejamento Financeiro Pessoal. 5. Endividamento. I. Título.

CDD: 658.15

HIARA LÍGIA MENDES ALENCAR

**ESTUDO SOBRE O PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA FEAAC-UFC**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Administração, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho dessa monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação 24/06/2009

Prof. Jocildo Figueiredo Correia Neto
Prof. Orientador

Nota

Prof. Francisco Isidro Pereira
Membro da Banca Examinadora

Nota

Prof. Fábio de Assis Lobo de Sousa
Membro da Banca Examinadora

Nota

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e saúde para atingir mais um objetivo de vida.

A minha família, pelo apoio e dedicação dado ao longo da minha vida, em especial, aos meus pais pelo exemplo que são.

Ao Fábio, pessoa do coração mais generoso que conheço, que sempre me ajuda com a maior disposição e cujo apoio foi de extrema importância para finalizar este trabalho.

Ao professor Jocildo, pelas horas de dedicação e pelo seu método de correção que foi muito importante para o bom andamento deste trabalho.

Ao professor Neto, professor e amigo, cujos livros serviram como fonte do referencial teórico desta monografia.

Aos professores Isidro e Fábio, por fazerem parte da banca examinadora.

Aos professores de Finanças da FEAAC- UFC, por permitirem a aplicação dos questionários em suas aulas.

Às minhas amigas Graziela e Taissa, pelo incentivo dado durante a realização do trabalho e pela ótima companhia que foram ao longo do curso.

E aos demais amigos e parentes que indiretamente me apoiaram ao longo do período de realização da monografia.

RESUMO

Pesquisas recentes sobre endividamento dos consumidores têm revelado que os jovens é uma das faixas etárias mais endividadas. Por conta disso, esta monografia objetiva estudar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Administração de Empresas, procurando verificar se esse problema também afeta esses jovens que possuem formação financeira. Para isso, assuntos básicos de Finanças Pessoais; tais como Poupança, Investimento, Planejamento Financeiro Pessoal e Endividamento; são abordados. Esta pesquisa é bibliográfica, documental, descritiva e de campo, cujos dados foram coletados através de questionários estruturados aplicados aos alunos de Administração de Empresas que cursam disciplinas de Administração Financeira na Universidade Federal do Ceará. Os resultados mostram que a maioria dos pesquisados encontram-se endividados, embora isso represente 52% da amostra. Além disso, foi possível definir o perfil financeiro desses, conhecer seus níveis de renda e dívidas e verificar através do levantamento da situação financeira deles, se o conhecimento financeiro adquirido é aplicado em suas vidas.

Palavras-chaves: Finanças Pessoais, Poupança, Investimento, Planejamento Financeiro Pessoal e Endividamento.

ABSTRACT

Recent researchers on consumer debt has shown that young people is one of the most indebted. Then, this paper aims to study the debt profile of students who attend Business Administration, trying to verify whether this problem also affects those who have financial training. For this, basic issues of Personal Finance, such as Savings, Investment, Personal Financial Planning and Debt are approached. This research is bibliographic, documentary, descriptive and fieldwork, whose data were collected through structured questionnaires applied to Business Administration students who attend disciplines of Financial Management at Universidade Federal do Ceará. The results show that the majority of those surveyed are indebted, but this represents 52% of the sample. Furthermore, it was possible to define the financial profile of these, know their levels of income and debts and see through the lifting of the financial situation of them, if the financial knowledge acquired is applied in their lives.

Key Words: Personal Finance, Savings, Investment, Personal Financial Planning and Debt.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Ciclo financeiro.....	14
Figura 2 - Exemplo de Balanço Patrimonial.....	34
Quadro 1 - Relação entre risco e faixa etária.....	18
Quadro 2 - Os indicadores econômicos e seus efeitos na nossa vida.....	19
Quadro 3 - Fases do ciclo da vida para a realização do planejamento financeiro pessoal.....	31
Quadro 4 - Rendimento Líquido de pessoa física.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atraso sobre o saldo total de crédito em julho de 2008.....	50
Tabela 2 - Pesquisa sobre inadimplência no Brasil – SCPC e Usecheque.....	51
Tabela 3 - Síntese dos resultados – em (%).	52
Tabela 4 - Taxa de Consumidores com contas ou dívidas em atrasos no Trimestre por Indicadores Demográficos – em (%).	52
Tabela 5 - Identificação dos respondentes.....	59
Tabela 6 - Renda dos respondentes.....	59
Tabela 7 - Perfil dos respondentes endividados.....	61
Tabela 8 - Total de endividados pesquisados inadimplentes.....	64
Tabela 9 - Informações sobre o planejamento dos pesquisados.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação entre risco e retorno.....	17
Gráfico 2 - Inflação X Investimentos.....	21
Gráfico 3 - A redução do risco do negócio através da diversificação.....	23
Gráfico 4 - Comparativo entre investimentos.....	30
Gráfico 5 - Principais causas de endividamento – comparação internacional.....	48
Gráfico 6 - Indicador Serasa <i>Experian</i> de Inadimplência de Pessoa Física (crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior).....	49
Gráfico 7 - Percentual de respondentes que se encontram endividados e não endividados.....	60
Gráfico 8 - Percentual dos valores das dívidas dos endividados.....	61
Gráfico 9 - Tempo de comprometimento dos endividados com dívidas.....	62
Gráfico 10 - Percentual das despesas que mais afetaram as dívidas.....	62
Gráfico 11 - Formas de crédito utilizadas pelos endividados.....	63
Gráfico 12 - Motivos que justificam o endividamento dos respondentes.....	63
Gráfico 13 - Motivos que justificam a inadimplência dos respondentes.....	64
Gráfico 14 - Percentagem de respondentes que pouparam dinheiro.....	65
Gráfico 15 - Tipos de aplicações financeiras dos respondentes.....	66
Gráfico 16 - Objetivo dos respondentes quanto aos investimentos.....	66
Gráfico 17 - Percentual dos investimentos que proporcionam maior retorno segundo os respondentes.....	67
Gráfico 18 - Percentual dos respondentes que fazem ou não planejamento.....	68
Gráfico 19 - Fontes do conhecimento financeiro pessoal dos respondentes.....	69

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E QUADROS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ADMINISTRAÇÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS.....	13
2.1 Poupança.....	14
2.2 Investimentos.....	16
2.2.1 Riscos nos investimentos.....	16
2.2.1.1 Risco de negócio.....	18
2.2.1.2 Risco de mercado.....	18
2.2.1.3 Risco de crédito.....	20
2.2.1.4 Risco de liquidez.....	20
2.2.1.5 Risco de perda do poder de compra.....	20
2.2.2 Diversificação.....	22
2.2.3 Tipos de Investimentos.....	23
2.2.3.1 Investimentos em Renda Fixa.....	24
2.2.3.2 Investimentos em Renda Variável.....	28
3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....	31
3.1 Determinar a situação financeira corrente.....	32
3.1.1 Análise do Balanço Patrimonial Pessoal por meio de Índices Contábeis.....	35
3.2 Definir objetivos.....	37
3.3 Desenvolver um plano.....	38
3.4 Manter registros.....	39
3.5 Fazer um orçamento informal.....	40
3.6 Lidar com obstáculos, crédito e dívidas.....	40
3.7 Rever o processo.....	41
4 ENDIVIDAMENTO.....	43
4.1 Conceitos.....	44
4.2 Causas e consequências do endividamento.....	45
4.3 Pesquisas sobre endividamento.....	47
4.4 Com contornar o endividamento.....	53
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
5.1 Coleta de dados.....	56
5.2 Análise e interpretação dos dados.....	58
5.2.1 Apresentação dos resultados.....	58

6 CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS.....	73
ANEXOS.....	76
APÊNDICE.....	85

1 INTRODUÇÃO

A Administração das Finanças Pessoais é uma área que desperta grandes discussões nos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Reino Unido, que realizam estudos relacionados ao assunto. Já no âmbito nacional, ela passou a ser enfatizada depois da estabilização da moeda, quando a economia do país ficou controlável pelo governo e as pessoas puderam voltar mais as suas atenções para o gerenciamento de suas finanças pessoais.

No seu campo de estudo, destacam-se os assuntos que fazem parte do cotidiano financeiro das pessoas, como poupança, investimentos e planejamento financeiro, como também os problemas que afetam as finanças pessoais, tais como o endividamento.

Esse corresponde a um fenômeno que atinge muitos consumidores e têm despertado o interesse de alguns estudos como os desenvolvidos pelo Observatório de Endividamento do Consumidor (OEC) da Universidade de Coimbra – Portugal e a pesquisa sobre as razões que levam as pessoas de baixa renda a se endividarem de Zerrenner (2007).

Além desses, existem pesquisas realizadas no país por instituições como a Serasa, o Telecheque, o Itaucard, o Instituto de Economia Gastão Vidigal (IEGV) e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC) do Ceará sobre a situação de endividamento dos consumidores.

Essas instituições, através de pesquisas mais recentes, têm divulgado que a população jovem corresponde a uma das faixas etárias mais afetadas pelo problema do endividamento, como pode ser visto no desenvolvimento desse trabalho.

Diante dessa situação, surge a pergunta: os alunos que cursam Administração de Empresas encontram-se endividados como os jovens analisados por essas pesquisas?

Pesquisar se esse problema também afeta os alunos que cursam Administração de Empresas, torna-se interessante, já que esses estudam disciplinas de Administração Financeira ao longo do curso e se supõe que a formação financeira influencia nas suas decisões.

Além disso, é importante contribuir com pesquisas para a área de Administração de Finanças Pessoais, que no país está mais relacionada à linha de obras de auto-ajuda e se encontra em estágio de desenvolvimento inferior aos dos países desenvolvidos. Também realizar estudos sobre assuntos da área como endividamento é significante, pois esses oferecem várias possibilidades de pesquisa.

Em vista disso, tem-se como objetivo geral: estudar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Administração de Empresas e, uma vez que o curso de Administração de

Empresas da Universidade Federal do Ceará possui seis disciplinas de Finanças na sua grade curricular, além das disciplinas de cálculo, é relevante a realização do estudo nessa universidade.

Especificamente, os objetivos são: conhecer a situação financeira dos estudantes de Administração em relação aos seus níveis de renda e de dívidas, compreender as razões que levam alguns deles a se endividarem e constatar se os conhecimentos financeiros adquiridos por eles são aplicados em suas vidas práticas, através do levantamento do seu perfil financeiro pessoal (incluindo informações sobre investimentos, poupança e planejamento financeiro).

Já as hipóteses que serão testadas são: 1) os conhecimentos financeiros adquiridos pelos alunos de Administração ao longo do curso são aplicados nas suas vidas práticas, por isso se presume que esses não se encontram endividados e 2) as causas do endividamento de alguns estudantes são a falta de controle financeiro, o consumismo desenfreado, o fácil acesso ao crédito e o acontecimento de situações que levam a ocorrência de gastos inesperados como no caso de doenças.

Para testar essas hipóteses e atingir os objetivos propostos, o desenvolvimento desse estudo foi estruturado em seis capítulos, incluindo esse primeiro capítulo introdutório, que apresenta o objeto de estudo.

O segundo capítulo aborda a Administração financeira pessoal e apresenta os conhecimentos básicos de Finanças Pessoais, que são poupança, investimentos e planejamento financeiro. Sobre poupança são expostos os conceitos de alguns autores, as razões de se fazer poupança, bem como a importância de realizá-la. Quanto aos investimentos, discute-se sobre riscos, diversificação e os tipos existentes.

No terceiro capítulo é dada a continuidade da discussão sobre os conhecimentos básicos de Finanças Pessoais através da explicação do que vem a ser Planejamento Financeiro Pessoal e das etapas para a sua realização.

O quarto capítulo especifica a parte teórica do estudo, apresentando conceitos sobre endividamento, as causas e consequências de se estar endividado, algumas pesquisas relevantes sobre o assunto e informações de como contorná-lo.

Em seguida, o quinto capítulo explica a metodologia adotada para a realização da pesquisa, expondo os tipos de pesquisas e o instrumento de coleta de dados utilizados, a forma como essa foi desenvolvida e a análise dos dados obtidos.

Finalizando, o sexto capítulo traz algumas considerações finais acerca do estudo realizado.

2 ADMINISTRAÇÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

Bitencourt (2004, p.27) discute sobre Finanças da seguinte forma:

“Finanças, sob a óptica da ciência, estuda a forma de como as pessoas, individualmente, ou agrupadas, alocam seus recursos ao longo do tempo. A teoria financeira consiste em um conjunto de conceitos que ajudam a organizar o pensamento na destinação de recursos com base em modelos quantitativos que servem para avaliar alternativas e tomar decisões. Nenhum aspecto da administração é tão complexo ou exige tanta atenção quanto a área financeira. A administração financeira é importante em todos os tipos de negócios e lida com as obrigações do administrador financeiro da empresa”.

No entanto, Costa (2004) destaca que as finanças corporativas não são tão eficazes quando se pensa sobre os caminhos a serem trilhados pela pessoa física em busca de soluções para melhor enfrentar seus problemas futuros, o que comprova a necessidade das finanças pessoais.

Isso acontece porque as finanças corporativas abrangem todas as questões envolvidas nas movimentações de recursos financeiros entre os agentes econômicos (empresas, indivíduos e governos) e as finanças pessoais têm como objetivo o estudo da acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e sua família.

Além disso, também se pode dizer que o objetivo das finanças pessoais deve ser alcançar a maximização da riqueza do indivíduo, por meio de decisões de investimentos, financiamento e consumo, e de tentativa de redução dos impactos dos riscos, avaliando os fatores que envolvem risco e retorno (SAITO, 2007).

Para tal, as pessoas devem compreender corretamente as atividades relacionadas às Finanças Pessoais, que, conforme Saito (2007), correspondem à identificação e empreendimento de projetos pessoais vinculados à obtenção de recursos financeiros; à elaboração de estratégias para se poupar; e à conscientização de ações que impliquem no correto uso de recursos com base em um planejamento pessoal.

De forma semelhante, Segundo Filho (2003) apresenta como conceitos básicos de Finanças Pessoais, saber como poupar, escolher investimentos, administrar os riscos envolvidos nessas operações, além de se enquadrar no perfil de investidor que melhor se adapte aos objetivos pessoais de curto e longo prazos, esses estabelecidos por meio de planejamento financeiro pessoal.

Diante disso, percebe-se que poupança, investimento e planejamento financeiro são assuntos importantes e freqüentes na abordagem das Finanças Pessoais, por isso são discutidos a seguir.

2.1 Poupança

Conforme Cordeiro (2007), poupar é uma das etapas do ciclo financeiro que ocorre na vida das pessoas, como pode ser observado na figura a seguir. Esse ciclo inicia quando se ganha dinheiro, continua quando se gasta o que recebe pelo trabalho e termina quando se consegue poupar e investir. Quando os rendimentos recebidos pelos investimentos superam os ganhos com o trabalho, começa-se a formar riqueza.

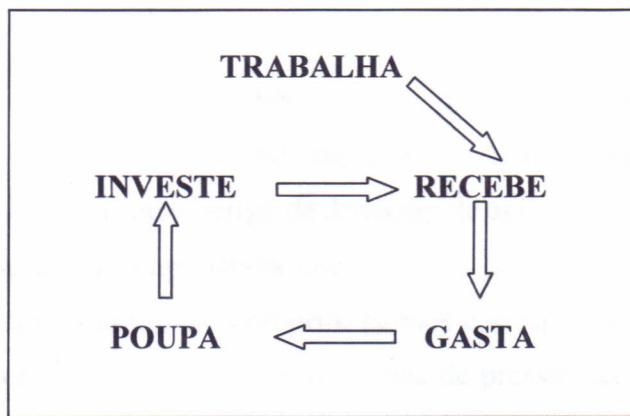


Figura 1 - Ciclo financeiro

Fonte: Cordeiro (2007, p.52).

Halfeld (2001, p.13), “poupar é adiar o consumo presente visando a um consumo maior no futuro. As pessoas pouparam com dois objetivos básicos: consumir mais em breve e acumular reservas a serem utilizadas no futuro”.

Além disso, pode-se dizer que as pessoas pouparam por várias razões. Basicamente, elas fazem almejando atingir os seguintes objetivos: adquirir bens ou custear despesas futuras; acumular reservas que fazem frente a períodos de dificuldades; garantir uma aposentadoria digna; abrir o negócio próprio; obter em algum momento independência financeira e deixar um legado aos herdeiros (COLOMBO, 2009).

Costa (2004, p.45) contesta que a poupança compreende muito mais que isso e apresenta o seguinte conceito:

“Ela compreende o fluxo de rendimentos não dedicados ao consumo e outros tipos de rendimentos que, embora pertençam às famílias (proprietários de recursos naturais e capital), permanecem retidos nas unidades produtoras: referimo-nos às chamadas reservas para depreciação e o montante de lucros gerados mas não distribuídos, ou seja, os chamados lucros retidos pelas empresas. Temos, ainda, a poupança na conta do governo, apresentada como a diferença entre o que o governo arrecadou com impostos e o que gastou, incluindo-se salários, bens e serviços, transferências e subsídios”.

Já em relação aos benefícios de poupar e adiar o consumo, Cordeiro (2001) argumenta que as pessoas que pouparam e adiam o consumo, no longo prazo podem consumir mais do que alguém que adianta o consumo e gasta mais do que recebe.

Isso pode ser visto na figura do ANEXO A, no qual o autor faz uma comparação entre duas pessoas que possuem os mesmos rendimentos ao longo de dez anos, constatando que elas terão resultados diferentes conforme seus comportamentos em relação à poupança. Aquela que poupa obterá resultados financeiros mais vantajosos do que aquela que não prioriza a poupança.

Frankenberg (1999, p.42) também discute que “o ato de guardar dinheiro para imprevistos e emergências é de capital importância para diminuir ou mesmo evitar os empréstimos a juros elevados ou o perigo de depender de agiotas”.

Entretanto, apesar da importância que o ato de poupar representa, controlar-se para não gastar e ultrapassar os limites dos próprios ganhos corresponde a uma grande dificuldade para a maioria das pessoas, uma vez que as formas de pressão da sociedade são enormes e poucos resistem a elas (FRANKENBERG, 1999).

Como exemplo dessas pressões, pode-se citar o marketing das empresas, que segundo Cordeiro (2000), desenvolveu-se muito nos últimos tempos e se volta constantemente às pessoas com informações persuasivas para consumir. Em contrapartida, elas recebem pouca informação para fazer dinheiro.

Halfeld (2001, p.13), enfatiza essa dificuldade de administrar as finanças pessoais no contexto atual com a seguinte afirmação: “Poupar representa a primeira batalha. Investir corretamente, fazendo seu dinheiro crescer, é a segunda. Usufruir dos resultados obtidos é vencer a guerra”.

Segundo Filho (2003) conclui que o ato de poupar é muito importante, mas não é a única atitude financeira que deve ser tomada pelas pessoas, porque o dinheiro perde valor ao longo do tempo, sendo também interessante movimentá-lo através de aplicações financeiras para se obter melhores resultados.

Em vista disso, os investimentos são abordados no próximo tópico.

2.2 Investimentos

Investir é uma questão de escolher entre duas ou mais alternativas que permitem atingir alguns objetivos pessoais e dependendo desses objetivos e das características das pessoas, existem alternativas de investimentos mais adequadas ou menos adequadas a cada caso (SEGUNDO FILHO, 2003).

Conforme Kiyosaki e Letcher (2000), eles devem ser a primeira destinação dos rendimentos mensais, antes mesmo do saldo de despesas e dívidas de manutenção. Isso significa que o montante a investir que tenha sido planejado, deve ser cumprido antes de qualquer outra destinação do dinheiro, devendo-se pagar a si mesmo antes de se pagar os outros.

Já Eid Júnior (2001) afirma que investir é uma ciência que tem princípios e normas próprias, por isso, o estudo sobre investimentos envolve vários conceitos, como risco, diversificação e tipos de investimentos básicos existentes na economia. Esses são discutidos a seguir.

2.2.1 Riscos nos investimentos

Para Hindle (2002, p.165), “risco é a possibilidade de ocorrer perda”. Já Gitman (2001, p.194) destaca que “a palavra risco é usada como sinônimo de incerteza e refere-se à variabilidade dos retornos associados a um ativo”.

Em geral, os riscos podem ser quantificados através de modernos softwares de gerenciamento como o *Value at Risk*, que mede a probabilidade de perda de determinada aplicação em cenários da economia. Além desses, existem estudos e avanços tecnológicos com relação ao assunto (LUQUET, 2000).

Ainda conforme Luquet (2000), todo ativo tem um valor pelo qual é negociado no mercado e esse valor pode variar periodicamente. Quanto maior for essa variação do valor de um ativo, é possível dizer que mais riscos ele apresenta. Essa oscilação do retorno de um ativo é chamada de volatilidade e corresponde a uma das medidas mais eficientes de risco.

Eid Júnior (2001) também afirma que a principal medida de risco é a variação no retorno dos investimentos, apesar do risco de um investimento poder ser visto por outros ângulos. Dessa forma, um investimento que ofereça um retorno constante como a caderneta de poupança é considerado de baixo risco. Já um investimento que propicie grande variação no retorno, como as ações, é de maior risco.

Halfeld (2001) mostra que essa relação entre risco e retorno nos investimentos costuma ser direta, uma vez que quanto maior o retorno, isto é, a recompensa oferecida pela aplicação, maior seu risco. O gráfico a seguir ilustra essa relação para alguns investimentos.

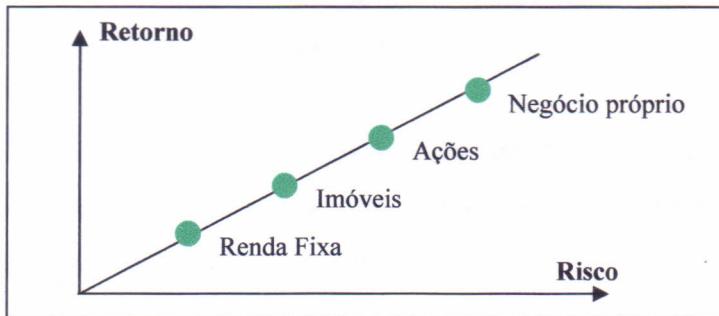


Gráfico 1 – Relação entre risco e retorno

Fonte: Halfeld (2001, p.82)

Hoji (2007), ao abordar os riscos nos investimentos, exemplifica que os principais investimentos podem ser classificados de acordo com seus níveis de risco, da seguinte forma:

- Investimentos conservadores: caderneta de poupança, fundo de curto prazo, fundo de renda fixa, fundo referenciado em DI e certificado de depósito bancário.
- Investimentos de risco moderado: fundo multimercado.
- Investimentos arrojados: fundos de ações, fundo cambial, fundo de derivativos e ouro.

Já Gitman (2001), discute sobre a existência de três comportamentos básicos em relação ao risco: aversão, indiferença e propensão. De acordo com esses comportamentos, podem existir investidores indiferentes ao risco, avessos ao risco e propensos ao risco. Para os indiferentes ao risco, o retorno exigido não varia quando o nível de risco varia. Os avessos ao risco exigem um retorno maior quando aumenta o risco. Já os propensos ao risco são dispostos a dispensar algum retorno para assumir riscos.

Também sobre o comportamento das pessoas em relação ao risco, Frankenberg (1999) ressalta existir uma ligação entre idade das pessoas e a disposição ao risco. Isso porque, os jovens são dispostos a correr mais riscos num investimento ou negócio, pois têm tempo para recuperá-lo no futuro. Já as pessoas com mais idade, demonstram ter cautela com investimentos que envolvam risco.

O seguinte quadro resume essa ligação, pelo qual se percebe que quanto maior a idade de uma pessoa, menos risco ela deve estar disposta a correr.

Risco	Faixa etária
Maior	até 35/40 anos
Médio	até 40/45 anos
Menor	até 55/60 anos
Pouco ou nenhum	até 60/65 anos

Quadro 1 – Relação entre risco e faixa etária

Fonte: Frankenberg (1999, p.61)

Halfeld (2001) acrescenta que os principais riscos existentes nos investimentos são: risco de negócio, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de perda do poder de compra, que são analisados a seguir.

2.2.1.1 Risco de negócio

O risco de negócio corresponde a algumas surpresas que são específicas de cada investimento. Isso ocorre, por exemplo, quando se investe em empresas que depois passam a enfrentar dificuldades financeiras (HALFELD, 2001).

Em vista disso, Eid Júnior (2001) destaca que a solidez da instituição na qual se está investindo dinheiro é um aspecto que deve ser considerado ao se fazer um investimento. Caso contrário, pode-se perder parte do investimento ou todo ele.

2.2.1.2 Risco de mercado

Gitman (2001) conceitua risco de mercado como a possibilidade do valor de um ativo cair por causa de fatores de mercado independentes do ativo. Em vista disso, pode-se dizer que quanto mais o valor do ativo reage ao comportamento do mercado, maior é seu risco e quanto menos reage, menor é seu risco.

Muitos são os fatores que vão influenciar a saúde financeira dos investimentos como o nível de atividade econômica, que corresponde ao nível de consumo e produção de um país. Para saber como anda a atividade econômica, deve-se ficar atento a aspectos como inflação ou deflação, emprego ou desemprego, crescimento econômico ou recessão, superávits ou déficits fiscal. O entendimento desses indicadores e dos seus reflexos na economia ajuda a identificar o momento favorável ou não para fazer investimentos (LUQUET, 2000).

Em vista da importância desses indicadores, eles e os seus efeitos na vida das pessoas são conceituados no quadro a seguir.

Indicador	Para que serve	Reflexos em sua vida
Inflação x Deflação	O maior risco da inflação é a corrosão da moeda. Na deflação, o maior risco é uma depressão da economia.	Com inflação, você pode ter perda de poder aquisitivo mesmo que o rendimento nominal em suas aplicações seja positivo. Na deflação, você corre o risco de perder o emprego.
Emprego x Desemprego	Outro indicador de atividade econômica. Quanto maior a quantidade de empregos, mais aquecida está economia.	Economia aquecida é bom para os lucros da empresa e para investimentos em ações. Mas preste sempre atenção se esse aquecimento não compromete os níveis de inflação.
Crescimento x Recessão	É medido pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB). Em fase de crescimento, o consumo aumenta; na recessão, o consumo diminui.	Economia em crescimento favorece as aplicações de longo prazo em ações, porque receita e lucro das empresas aumentam.
Superávit x Déficit fiscal	Mede a diferença entre receitas e despesas do governo. Superávits em geral são bons para a economia, porque significam receitas superiores a despesas.	Se o governo gasta menos do que arrecada, tem um superávit fiscal, um bom indicador para a estabilidade econômica. Mas o governo não deve exagerar, ou seja, acumular sucessivos superávits, porque também precisa investir em serviços para o país, como educação, saúde etc. O ideal é manter as contas em equilíbrio. Superávit fiscal exagerado pode provocar recessão, desemprego e deflação.

Quadro 2 - Os indicadores econômicos e seus efeitos na nossa vida

Fonte: Luquet (2000, p.49)

Em geral, o risco de mercado é associado a algumas surpresas decorrentes da macroeconomia brasileira, como a alta nas taxas de juros; como também ser consequência do comportamento da Economia Mundial. Uma recessão em um país desenvolvido, por exemplo, terá consequência imediata na Economia de quase todos os países (HALFELD, 2001).

2.2.1.3 Risco de crédito

O risco de crédito, para Luquet (2000), corresponde ao risco de inadimplência. Esse, segundo Halfeld (2001), é o risco que se corre ao emprestar dinheiro a uma pessoa ou ao investir em empresas que possam não cumprir o compromisso de lhe pagar de volta.

No Brasil, existe uma associação sem fins lucrativos criada para combater esse tipo de risco. Essa corresponde ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadore e investidores e permite recuperar os depósitos (como os à vista, para investimentos e de poupança) ou créditos até o valor de R\$ 60 mil mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de liquidação.

Quanto aos riscos de crédito dos investimentos no mercado brasileiro, podem-se considerar os papéis emitidos pelo governo federal como os de menor risco de crédito, além de não estarem sujeitos também às flutuações das taxas de juro. Já no mercado internacional, os papéis de menor risco de crédito são os títulos do Tesouro dos Estados Unidos (HALFELD, 2001).

2.2.1.4 Risco de liquidez

Para Gitman (2001, p.185), “risco de liquidez é a possibilidade de que um ativo não possa ser liquidado com facilidade a um preço razoável. A liquidez é afetada pelo porte e pela profundidade do mercado no qual o ativo é comumente negociado”.

Halfeld (2001) revela que há uma hierarquia de liquidez dos principais ativos. Em ordem crescente de ativos, essa hierarquia é: (1) negócios próprios, (2) imóveis rurais, (3) imóveis urbanos, (4) ações na Bovespa, (5) fundos de ações, (6) ouro, (7) fundos de renda fixa, (8) caderneta de poupança e (9) dinheiro vivo. Entretanto, há exceções, dependendo de características específicas dos ativos.

2.2.1.5 Risco de perda do poder de compra

Outro aspecto a ser considerado ao fazer um investimento é a proteção contra a corrosão provocada pela inflação (EID JUNIOR, 2001). Se a inflação sofre um drástico aumento e atinge altos índices, o investidor estará perdendo seu poder de compra. Isso porque os preços das mercadorias em geral terão subido muito mais do que o rendimento do capital investido (HALFELD, 2001).

Em vista disso, Luquet (2000) discute que o investidor não deve descuidar do rendimento real de suas aplicações. Para calcular esse rendimento, deve-se descontar da rentabilidade nominal do dinheiro que tem aplicado a taxa de inflação do mesmo período que durou o investimento. Esse cálculo é muito importante, mesmo nas ocasiões em que as taxas de inflação estão em níveis mais baixos, porque a ação dessas taxas pode ser devastadora no longo prazo.

Entretanto, alguns investimentos protegem melhor o dinheiro do que outros, pois apresentam retornos que superam a inflação (EID JUNIOR, 2001), como pode ser observado no gráfico a seguir, que mostra a evolução da inflação (medida pelo índice IGP-M) e de algumas aplicações nos últimos anos.

Nesse gráfico percebe-se, que alguns investimentos como CDI apresentaram retornos que superaram a inflação ao longo dos anos. Outros investimentos como o dólar e o índice Ibovespa apresentaram valores muito superiores à inflação em uns anos, como também mostraram valores inferiores em outros. Já a poupança, que é um investimento de retornos com pouca variação, manteve-se sempre muito próximo da inflação ou pouco acima ou abaixo dela.

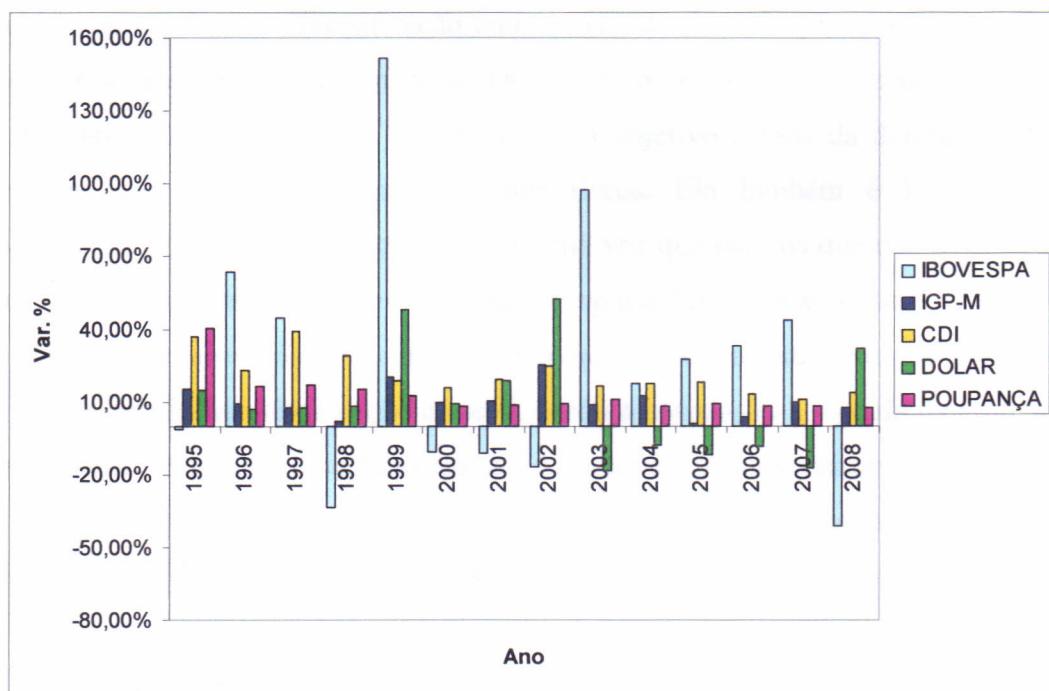


Gráfico 2 - Inflação x Investimentos

Fonte: Adaptado de Económica

Por fim, Halfeld (2001) ressalta que o risco varia com o tempo. O risco de perda do poder de compra não tem grande impacto no curto prazo, mas em investimentos mais prolongados como os de previdência privada, o risco de perda é acentuado. Quanto ao risco de liquidez, ele tem pouco efeito sobre investimentos de longo prazo, sendo mais relevante nas aplicações de curto prazo. Já o risco de mercado é mais alto para investimentos em ações no curto prazo, mostrando-se suave no longo prazo.

Em geral, é possível diminuir o risco dos investimentos diversificando as aplicações (EID JUNIOR, 2001). Esse conceito de diversificação é abordado no próximo tópico.

2.2.2 Diversificação

Luquet (2000) afirma que a diversificação significa não aplicar todos os recursos em um mesmo tipo de investimento e é uma das estratégias de investimento que dá melhor resultado. Como prova disso, existem estudos acadêmicos que sugerem que mais de 90% da rentabilidade de uma carteira é estabelecida pela forma como o dinheiro está aplicado nos mercados.

Bodie e Merton (1999, p.281) destacam que “o princípio da diversificação baseia-se no fato de que, ao fazer a diversificação entre ativos de risco, as pessoas podem obter uma redução da sua exposição geral ao risco sem a redução do seu retorno esperado”.

Por isso, Eid Júnior (2001) enfatiza que o objetivo básico da diversificação não é proporcionar ganhos maiores, mas diminuir riscos. Ela também é indicada para os investidores que já tenham algum patrimônio, uma vez que para os que não possuem muitos recursos, é mais recomendável investir em poucas aplicações de baixo risco.

Em geral, a diversificação funciona bem quando os investimentos se comportam de forma oposta ou não mantêm relação entre si, sendo a correlação a medida da estatística que mostra a relação entre dois investimentos. Se esses investimentos variam na mesma direção, diz-se que são positivamente correlacionados e, em direções opostas, negativamente correlacionados e quando não há interação entre eles, são não correlacionados (GITMAN, 2001).

Além disso, em uma carteira podem-se identificar dois tipos de riscos conforme esse conceito de diversificação, que são o risco diversificável e o risco não diversificável. O risco diversificável corresponde ao risco de negócio, ou seja, está relacionado com as questões específicas do investimento como no caso de investir em ações e depois ocorrer ações judiciais a empresa na qual se investiu. Já o risco não diversificável é o risco de mercado, que

afeta todos os investimentos e pode ser decorrente de guerras, inflação, incidentes internacionais, etc. (GITMAN, 2001).

Halfeld (2001) exemplifica esses riscos através do gráfico a seguir, pela qual se observa que por mais que se tente diversificar as aplicações, nunca se estar completamente livre do risco. Isso porque o risco de uma carteira pode ser reduzido, em consequência da diversificação, com a adição de novas aplicações. Entretanto, essa redução atinge um limite inferior, que é representado pelo risco não-diversificável e que não pode ser eliminado pelas empresas por meio da diversificação.

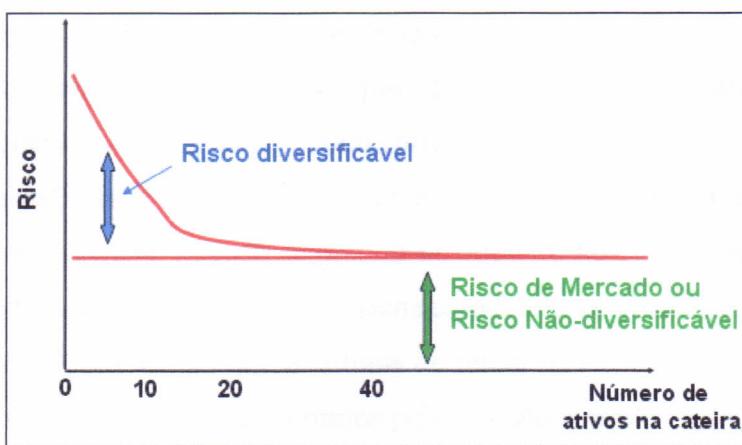


Gráfico 3 – A redução do risco do negócio através da diversificação

Fonte: Halfeld (2001, p.73)

Eid Júnior (2001), ao concluir sua discussão sobre diversificação, destaca que diversificar não é uma tarefa fácil porque investimentos que tiveram comportamentos opostos no passado podem se comportar da mesma forma atualmente. Ou seja, as correlações não se mantêm constantes, mas sim variam ao longo do tempo.

2.2.3 Tipos de Investimentos

Eid Júnior (2001) afirma que no Brasil existem algumas alternativas básicas de investimentos que podem ser separados em dois grupos, de acordo com sua liquidez:

- Investimentos com alta liquidez: ações, títulos de renda fixa, câmbio e metais preciosos como ouro;
- Investimentos de baixa liquidez: imóveis, obras de arte, coleções (moeda, selos, livros, animais e outros).

Ainda de acordo com Eid Júnior (2001), a partir desses investimentos básicos é que nascem outros, como fundos, contratos futuros e contratos de opções.

Já Frankenberg (1999) destaca que resumidamente é possível afirmar que o mundo das aplicações ou investimentos está dividido em dois grandes subgrupos: as aplicações ou investimentos de renda fixa e as aplicações ou investimentos em renda variável, como pode ser visto a seguir.

2.2.3.1 Investimentos em Renda Fixa

Frankenberg (1999) discute que os investimentos em renda fixa são muito difundidos pelo país e contemplam especialmente aplicadores e investidores com pouco capital ou que se consideram conservadores e não desejam correr muito risco.

Em geral, esses investimentos são recomendáveis quando se deseja constituir uma reserva para emergência, quando se precisa de dinheiro no curto prazo e quando o investidor tem certa idade e não pode correr mais riscos com renda variável (HALFELD, 2001).

Luquet (2000) afirma que os títulos de renda fixa podem ser divididos em públicos e privados e em pós e prefixados. Os títulos públicos são emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e os títulos privados são emitidos por empresas e bancos privados.

Com relação aos títulos pré e pós-fixados, Luquet (2000) argumenta que os primeiros têm rentabilidade conhecida previamente, uma vez que suas taxas de retorno são acertadas no momento da aplicação. Já os segundos possuem retornos que só são conhecidos na data do vencimento da aplicação, porque a sua rentabilidade está atrelada à taxa de juros do mercado.

Segundo Eid Junior (2001), nos investimentos pós-fixados, a variação não ocorre no valor atual, mas na rentabilidade. Isso porque o valor atual se mantém constante, e o investidor não perde parte do investimento, como pode ocorrer com o prefixado, mas também não ganha quando as taxas de juros caem.

Para Hoji (2007) as aplicações de renda fixa mais comuns são:

- Caderneta de poupança: é a mais tradicional e conservadora das formas de aplicação de dinheiro no Brasil (FANKENBERG, 1999). Ela é uma das poucas aplicações em que se podem aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da possibilidade de se perder rentabilidade devido a saques efetuados antes de completar um mês. É produto exclusivo das Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), das carteiras imobiliárias, dos bancos múltiplos, das associações de poupança e empréstimos e das caixas econômicas. Todas essas instituições

proporcionam o mesmo rendimento de 0,5% ao mês mais taxa referencial (TR), que é definida pelo Banco Central (FORTUNA, 1999). Dos investimentos em renda fixa, ele é um dos que tem menos risco e por isso o retorno também é muito pequeno. Além disso, sobre a sua rentabilidade não é preciso pagar imposto de renda (COSTA, 2004).

- Certificado de depósito bancário (CDB): é um tipo de título emitido apenas por bancos comerciais, de investimentos e múltiplos (FRANKENBERG, 1999). Ele possui prazo determinado e suas taxas podem ser prefixadas ou pós-fixadas (HOJI, 2007). No CDB pré-fixado, o investidor sabe antecipadamente a taxa de juros que vai remunerar o vencimento deste papel. Já no CDB pós-fixado só é possível determinar o valor do ganho no final do período, já que a taxa de juros que incide é o juros praticados entre bancos – CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e essas taxas variam diariamente (COSTA, 2004). Sua emissão é geralmente com prazos de 30 dias, e para prazos mais longos, os bancos costumam trocá-lo (operação de swap) por CDI (LUQUET, 2001). Ele também é nominativo, podendo ser recomprado antes do prazo final pelos próprios bancos ou endossados por terceiros (FRANKENBERG, 1999). O seu maior risco é de inadimplência do emissor, como no caso de quebra de um banco, o resgate desse papel pode não ser honrado (LUQUET, 2001).
- Recibo de depósito bancário (RDB): como o CDB, ele é um dos títulos de captação de recursos mais antigos e utilizados por instituições financeiras, sendo oficialmente conhecido como depósito a prazo. Os recursos captados por meio dele são repassados aos clientes na forma de empréstimos (FORTUNA, 1999). Diferente do CDB, ele não é endossável e só pode ser resgatado pelo próprio aplicador na data do vencimento (HOJI, 2007).
- Debêntures: são títulos de longo prazo, que pagam taxas de juros e não possuem nenhuma garantia, tornam-se investimentos rentáveis, pois seus juros são altos. Eles podem ser simples, quando pagam juros e são resgatados em dinheiro na data do vencimento, e podem ser conversíveis em ações, sendo resgatados em dinheiro ou convertidos em ação na data do vencimento (LUQUET, 2000). É uma forma interessante de obtenção de dinheiro a custo razoável pelas empresas junto aos investidores e, para esses, representa uma forma de investir capital em sociedades anônimas conceituadas. Suas emissões são regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Bolsa de Valores (FRANKENBERG, 1999).

- Títulos públicos: títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil, que podem ser comprados diretamente pelo investidor no site da Secretaria de Tesouro Nacional. Eles geralmente fazem parte da maioria dos fundos de investimento negociados no mercado (EID JUNIOR, 2001). Eles são lançados para captar recursos no mercado financeiro via emissão primária de títulos, para execução e financiamento das dívidas internas do governo (FORTUNA, 1999). Dentre os títulos públicos federais, os principais são o LTN (Letra do Tesouro Nacional), o LFT (Letra Financeira do Tesouro) e o NTN (Letra do Tesouro Nacional), sendo também os mais negociados. Além desses, existem os títulos municipais e estaduais, cuja responsabilidade é somente do governo estadual ou municipal emissor do título, uma vez que a União não refinancia as dívidas desses (LUQUET, 2001).
- Fundos de renda fixa: os fundos de investimento podem ser classificados como renda fixa ou renda variável e se caracterizam pela aquisição de cotas de aplicações abertas e solidárias, representativas do patrimônio do Fundo, que têm o benefício da valorização diária (FORTUNA, 1999). Os fundos de renda fixa são bastante populares por não exigirem um valor mínimo de aplicação. São administrados geralmente por bancos de investimento e bancos comerciais, mas podem também ser administrados pelas sociedades crédito, financiamento e investimento. Possuem uma grande liquidez e sua rentabilidade varia de acordo com os tipos de títulos que possuem (FRANKENBERG, 1999). No geral, Costa (2004) classifica esses fundos em:
 - a) Referenciados: títulos também conhecidos como indexados, pois têm o objetivo de acompanhar uma referência do mercado que pode ser o Ibovespa, o CDI, o dólar, etc. Eles não procuram ganhar o máximo possível; apenas prometem acompanhar a referência (EID JUNIOR, 2001). Exemplos desses fundos são:
 1. Fundos DI: fundos que oferecem rendimentos pós-fixados semelhantes aos do Certificado de Depósito Interbancário. Apresentam perfil conservador e são mais favoráveis do que alguns fundos de juros prefixados em épocas de tendência de taxa de juros mais elevadas (COSTA, 2004).
 2. Fundos Cambiais: são fundos excelentes para investidores que precisam fazer aplicações em dólar, suas carteiras são formadas por investimentos em títulos que pagam juros sobre a variação cambial. Os analistas

consideram eles como uma opção de investimento mais segura do que a compra de dólar em papel-moeda e também os recomendam para investidores que têm alguma obrigação em dólar, como uma dívida ou compromisso futuro (LUQUET, 2000).

- b) Não-referenciados: tem como objetivo ultrapassar uma referência e por isso podem aplicar seus recursos em títulos de renda fixa pré ou pós-fixados (EID JUNIOR, 2001). Dentre os fundos não referenciados estão incluídos os fundos de renda fixa tradicionais, cujo retorno varia de acordo com a estratégia adotada pelo gestor do fundo (COSTA, 2004).
- c) Genéricos: são fundos criados por bancos que investem em instrumentos mais agressivos, em contrapartida, as rentabilidades proporcionadas são elevadas (FRANKENBERG, 1999). Devido a esse perfil de risco, Costa (2004) salienta que se devem analisar detalhadamente o estatuto do fundo. São exemplos desses fundos:
 - 1. Fundos derivativos: eles também são conhecidos com *hedge funds* e são carteiras que podem operar em muitos mercados de forma simultânea. Os seus administradores podem aplicar um volume superior a seu patrimônio, porque tomam recursos emprestados de terceiros, o que é chamado de alavancagem no mercado. Essa é uma operação de alto risco, mas que possibilita ganhos elevados (LUQUET, 2000).
 - 2. Fundos multicarteira: esses fundos investem parte do seu patrimônio em renda fixa e parte em ações, podendo incluir também derivativos (COSTA, 2004).
 - 3. Fundos FIEC: é um título criado como alternativa de investimento em moeda estrangeira, no mínimo 80% da carteira é em títulos da dívida externa brasileira soberana (de responsabilidade da União) e até 20% é em qualquer título de crédito negociado no mercado internacional, com o limite de concentração máximo de 10% em títulos de um mesmo emitente (FORTUNA, 1999).

Ainda sobre fundos de investimentos, Luquet (2001) ressalta que o investidor deve levantar algumas informações importantes antes de escolher um determinado fundo. Dados como a experiência dos gestores, a forma como os regulamentos foram estabelecidos, a rentabilidade alcançada anteriormente, a oscilação do retorno e as taxas de administração cobradas pelos fundos devem ser avaliados.

Também vale a pena ressaltar sobre os investimentos em renda fixa, que assim como qualquer investimento, eles também apresentam riscos. Esses riscos podem ser decorrentes da oscilação nas taxas de juros e da inadimplência do emissor do papel. O primeiro risco afeta somente os títulos de renda fixa com taxas prefixadas, já que estão sujeitos às flutuações das taxas de juros do mercado (LUQUET, 2001).

2.3.2 Investimentos em Renda Variável

Luquet (2001) dicute que os ativos de renda variável são investimentos que apresentam fluxos de caixa incertos como os dividendos, que são o lucro das empresas distribuído aos acionistas e como o ganho de capital, no caso de valorização da ação.

Já Costa (2004) conceitua os investimentos de renda variável como os ativos cujo lucro é determinado pela diferença entre o preço de compra, mais os benefícios (como no caso de ações e imóveis), menos o preço de venda.

Hoji (2007) ressalta que dessas aplicações as mais comuns são:

- Ações: são títulos de renda variável que representam a menor parcela do capital de companhias (sociedades anônimas) de capital aberto. Ao comprar esse tipo de título, o investidor compra a participação no capital social de uma empresa, ou seja, torna-se sócio dela (HOJI, 2007). Elas podem ser ordinárias ou preferenciais, as primeiras proporcionam participação nos resultados e conferem ao acionista o direito de voto nas assembleias gerais, as segundas garantem ao acionista prioridades no recebimento de dividendos, geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias (FRANKENBERG, 1999). Para comprá-las diretamente, sem ser por meio de fundos de investimentos, precisa-se de uma corretora, que é uma instituição financeira fiscalizada pelo Banco Central, podendo estar ou não ligada a um banco (LUQUET, 2001). A sua rentabilidade vem de duas fontes: participação nos resultados (dividendos) e valorização dos papéis. Seus preços variam ao longo do tempo, para cima ou para baixo, devido a fatores como a situação financeira e os cenários econômicos (EID JUNIOR, 2001).
- Fundos de renda variável: títulos semelhantes aos fundos de investimento em renda fixa que podem ser resgatados a qualquer momento, pelo valor da cota ajustada do período, de acordo com a rentabilidade da carteira de ativos do fundo (HOJI, 2007). Suas carteiras podem ser compostas por ativos como: ações, renda fixa, mistos, cambiais, imóveis, títulos de empresas emergentes, etc. Existe uma

ampla variedade desses fundos e alguns têm finalidade específica como o fundo de ação e os fundos de derivativos (COSTA, 2007). Os fundos de ações são fundos lastreados em ações e podem ser direcionados a ações de setores específicos ou índices (energia, petróleo, ecologia, índice Ibovespa, etc.). Os fundos de derivativos são fundos que aplicam em muitos mercados ao mesmo tempo e usam os contratos futuros e de opções em suas carteiras (LUQUET, 2001).

- Investimentos imobiliários: são investimentos relacionados à aquisição de bens imóveis como casas, terrenos, etc. Eles podem ser considerados seguros e de rentabilidade certa no país (EID JUNIOR, 2001). Entretanto, apresentam alguns riscos como a perda de valor com o tempo decorrente da depreciação, a possibilidade de desvalorização da localidade onde se encontra o imóvel e as despesas associadas à manutenção como condomínio e IPTU, quando não se aluga o imóvel (EID JUNIOR, 2001). Eles também apresentam uma baixa liquidez, isto é, o investidor poderá encontrar dificuldades quando precisar vender um imóvel com urgência (COSTA, 2007).
- Dólar: representa um tipo de investimento com renda variável assim como outras moedas (euro, iene, etc.). Eid Junior (2001, p.79) ressalta que ele não deveria ser considerado propriamente um investimento, mas devido a épocas de grande inflação no Brasil, as pessoas achavam que investir em moeda norte-americana dava proteção. Entretanto, Luquet (2000) argumenta que o poder de compra de qualquer moeda é corroído pela inflação e por isso, é mais interessante investir num fundo cambial, que são fundos dolarizados e embutem a variação cambial mais a taxa de juros.
- Ouro: é um ativo que pode ser comprado na sua forma física ou como certificados de custódia emitidos por entidades credenciadas, são negociados em bolsas de valores. No Brasil, o seu preço varia em função do preço do ouro no exterior e da taxa de câmbio do dólar (HOJI, 2007).

Em geral, ao se fazer uma comparação entre os investimentos em renda variável e os investimentos em renda fixa, percebe-se que os primeiros proporcionam retornos maiores, apesar dos riscos proporcionados por eles também serem maiores.

Isso pode ser visto no gráfico a seguir, na qual se percebe que investimentos como o índice Ibovespa proporciona retornos muito maiores do que os apresentados pela poupança ao longo dos últimos anos. No entanto, também é possível visualizar que a variação dos retornos do índice Ibovespa se mostrou mais acentuada do que a variação dos retornos da poupança.

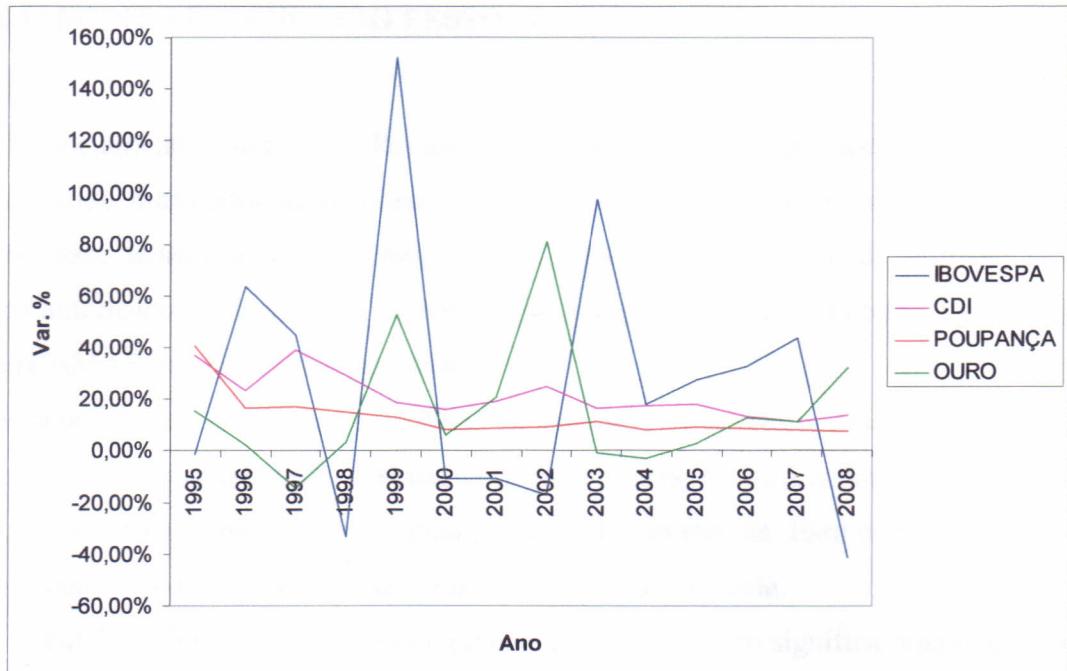


Gráfico 4 - Comparativo entre investimentos

Fonte: Adaptado de Economática

Além dos investimentos, que quando possível devem ser uma destinação dos recursos financeiros pessoais para se obter um aumento do patrimônio, o planejamento financeiro pessoal também é um conceito importante das finanças pessoais e por isso é discutido no capítulo a seguir.

3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

O Planejamento Financeiro Pessoal é um assunto que tem destaque no círculo acadêmico, sendo merecedor de reconhecimento e pesquisas. Alguns autores perceberam a carência de base teórica a respeito dele, o que despertou o interesse de profissionais e acadêmicos americanos. No contexto nacional, a abordagem a respeito do tema é ainda mais incipiente (CAMARGO; CHEROBIM, 2008).

De acordo com Frankenberg (1999), planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode ser voltada para curto, médio ou longo prazo, e não é fácil de ser atingida.

Já Segundo Filho (2003) afirma que planejamento financeiro significa organizar a vida financeira de forma que se possa sempre ter reservas para imprevistos da vida e, sistematicamente, construir uma independência financeira que garanta uma vida tranquila e confortável.

Cordeiro (2007), de forma resumida, trata planejamento financeiro como um plano para auxiliar a pessoa a alcançar seus objetivos e ter uma situação patrimonial futura de acordo com essa projeção.

Winger (1989 apud Costa, 2004) aborda o planejamento financeiro de acordo com o ciclo de vida das pessoas, já que as metas dessas mudam de importância à medida que elas passam por diferentes fases da vida, que o autor separa conforme o seguinte quadro.

Fases do Ciclo de Vida	(por idade)
Jovem adulto	(18-25)
Formação de Família	(26-35)
Desenvolvimento da Família	(36-49)
Maturidade da Família	(50-60)
Aposentadoria	(60-?)

Quadro 3 - Fases do ciclo da vida para a realização do planejamento financeiro pessoal

Fonte: Winger (1989 apud Costa, 2004, p.32)

Na primeira fase da vida, as pessoas almejam comprar um carro, um apartamento, casar e se estabelecer; seus investimentos tendem a ser mais arriscados, visando um maior retorno. Na fase de formação da família, o indivíduo prioriza poupança, casa maior, educação dos filhos e seus investimentos ainda podem assumir grandes riscos. Na fase de

desenvolvimento da família, o indivíduo se preocupa em possuir um bom programa de aposentadoria e seus investimentos são balanceados entre ativos de risco e de baixo risco. Na fase de maturidade da família, o indivíduo tem seu foco em ativos de valor com ênfase em dividendos, juros e renda de aluguéis; seus investimentos devem se proteger da inflação. Já na aposentadoria, o foco das pessoas é prover bens para seus herdeiros e seus investimentos são de menores riscos (WINGER, 1989 apud COSTA, 2004).

Sobre a importância de se realizar o planejamento financeiro, Eid Junior (2001) ressalta que ele apresenta algumas vantagens. Entre as principais estão:

- Enxerga-se o futuro com mais clareza;
- Objetivos que antes pareciam intangíveis ficam mais próximos da concretização;
- Cria-se uma disciplina orçamentária através do registro apurado das receitas e despesas.

Além disso, de acordo com Costa (2004), ele também pode ajudar as pessoas a prevenirem-se de crises e a diminuírem os riscos de investimentos e, assim, obterem a continuidade de seus recursos financeiros.

Entretanto, Luquet (2000) destaca que muitas pessoas não conseguem planejar suas finanças, pois não têm idéia do seu patrimônio atual, do volume de suas despesas mensais e de quanto precisariam para viver satisfatoriamente por um mês. Isso porque vivem em completa desorganização financeira.

De uma forma geral, se essas pessoas organizassem suas finanças com critérios definidos e sendo bastante realistas com suas receitas e despesas, elas acabariam descobrindo que possuem mais recursos do que imaginam independente de quanto possuem ou pensam que possuem (LUQUET, 2000).

Em vista disso, alguns autores de Finanças Pessoais propõem modelos para se fazer planejamento financeiro. Uma vez que segundo Camargo e Cherobim (2008), ele pode ser descrito em etapas quando considerado como processo e essas de acordo com Nissenbaum, Raash e Ratner (2004) podem ser: determinar a situação financeira corrente; definir objetivos; desenvolver um plano; manter registros; fazer um orçamento informal; lidar com obstáculos, crédito e dívidas; e rever o processo. Essas etapas são descritas a seguir.

3.1 Determinar a situação financeira corrente

BSFEAACS

Hallman e Rosenbloom (2003) propõem como o primeiro passo de um planejamento financeiro pessoal, levantar informações sobre a situação financeira atual. Para isso, podem-se

preparar algumas declarações financeiras pessoais simplificadas como aquelas utilizadas pelas empresas. Essas podem incluir uma demonstração de rendimentos pessoais, uma declaração de fluxo de caixa pessoal e um balanço patrimonial pessoal.

A demonstração de rendimentos pessoais é semelhante às demonstrações de resultado calculadas nas empresas e através dela, pode-se apurar o resultado de um período de uma determinada família. Ela é feita periodicamente pelas pessoas na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda de pessoa física, mas diferentemente das empresas, nem todas as despesas domésticas do ano podem ser consideradas na apuração do rendimento líquido (HOJI, 2007).

De uma forma geral, ela pode ser estruturada como o quadro a seguir, que considera a receita líquida de uma pessoa, deduz todas as despesas que podem ser tributadas e retira o valor do imposto de renda desse resultado, obtendo-se o rendimento líquido.

Rendimentos tributáveis (receita líquida)	R\$ 100000,00
(-) Deduções (despesas)	(R\$ 12314,00)
(=) Base de cálculo (lucro antes do imposto de Renda)	R\$ 87686,00
(-) Imposto de Renda (provisão p/ Imposto de Renda)	(R\$ 18529,45)
(=) Rendimento Líquido (lucro líquido)	R\$ 68156,55

Quadro 4 - Rendimento Líquido de pessoa física

Fonte: Hoji (2007, p. 23)

Já uma declaração de fluxo de caixa mostra as fontes e os períodos de recebimentos e gastos de uma pessoa ou de uma família (HALLMAN; ROSENBLUM, 2003). Ele pode ser elaborado mensalmente, mas também é aconselhável que seja projetado para o ano todo, pois assim é possível observar melhor para onde está indo o dinheiro através da diferença entre as receitas e as despesas. Se essa diferença for positiva, significa que se está acumulando dinheiro, mas se for negativa, significa que se está gastando mais do que se ganha (SEGUNDO FILHO, 2003).

Conforme Nissenbaum, Raash e Ratner (2004), existem quatro razões que explicam a importância de sua elaboração, pois ele indica a capacidade de poupar, possibilita destacar áreas problemáticas, sinaliza se as pessoas estão vivendo dentro ou além dos seus recursos e permite visualizar o padrão máximo de vida que se pode adotar.

Na sua estruturação, muitas pessoas o fazem tentando controlar os valores referentes às suas entradas e saídas de caixa mentalmente, outras preferem utilizar métodos mais formais (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004). Dentre esses, Segundo Filho (2003) e

R13998827

Nissenbaum, Raash e Ratner (2004) propõem modelos, pelos quais o fluxo de caixa é apresentado por total de categorias de gastos. Esses podem ser visualizados nos ANEXOS B e C.

Com relação ao balanço financeiro pessoal, esse é um dos primeiros passos para se determinar como se está financeiramente em certo período e no fim ele determina o patrimônio líquido pessoal (CRUMBLEY; SMITH, 2002). Assim como os balanços financeiros das empresas, ele demonstra a situação estática em um determinado momento dos seguintes grupos de contas: ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo corresponde aos bens e direitos, o passivo representa as obrigações e a diferença entre ativo e passivo forma o patrimônio líquido. A soma do ativo sempre é igual à soma do passivo com o patrimônio líquido, existindo um equilíbrio entre os dois lados (HOJI, 2007).

Na sua elaboração, deve-se considerar que o ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações) são agrupados por natureza e de acordo com alguns critérios. O ativo é ordenado em ordem decrescente de liquidez e o passivo é ordenado de acordo com o prazo de pagamento das contas, como pode ser visualizado na figura a seguir, que trás um exemplo de balanço patrimonial de uma pessoa fictícia (HALFELD, 2001).

ATIVO (o que se tem)		PASSIVO EXIGÍVEL(dividas)	
Ativo de Curto Prazo		Exigível no Curto Prazo	
Saldo na conta corrente	R\$ 1.000,00	Cartão de Crédito	R\$ 1.500,00
Fundo de Renda Fixa DI	R\$ 22.000,00	Saldo devedor em financiamento do automóvel	R\$ 6.000,00
Ativo de Longo Prazo		Prestações do imóvel a vencer em menos de 1 ano	R\$ 5.000,00
Empréstimo concedido ao irmão	R\$ 2.000,00	Exigível no Longo Prazo	
FGTS	R\$ 17.000,00	Prestações do imóvel a vencer depois de 1 ano	R\$ 40.000,00
Ativo Permanente		Subtotal	R\$ 52.500,00
Apartamento	R\$ 60.000,00	PATRIMONIO LIQUIDO (riqueza)	
Automóvel	R\$ 11.000,00	Ativo - Passivo	
TOTAL	R\$ 113.000,00	R\$ 113.000,00 - R\$ 52.500,00 =	R\$ 60.500,00
		TOTAL	R\$ 113.000,00

Figura 2 - Exemplo de Balanço Patrimonial

Fonte: Halfeld (2001, p.113)

Dessa forma, os bens e direitos são classificados em ativo circulante ou de curto prazo, ativo realizável a longo prazo e ativo permanente. O ativo circulante são bens e direitos de curto prazo e realizados geralmente em até um ano. O ativo realizável a longo prazo são

convertidos em dinheiro em um prazo superior a um ano. O ativo permanente são subgrupos de contas, que correspondem a imóveis, veículos e outros investimentos (HOJI, 2007).

Já com relação ao passivo, existe o passivo circulante ou passível exigível no curto prazo que é formado por itens cujos prazos de pagamento são de até um ano, o passivo exigível em longo prazo que tem prazo de pagamento superior a um ano e o patrimônio líquido que representam a riqueza pertencente às pessoas (HOJI, 2007). Esse último pode apresentar valores positivos, negativos ou zero e isso ocorre respectivamente quando o ativo excede o passivo, o passivo excede o ativo e quando o ativo se iguala ao passivo (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

Para Hoji (2007), isso representaria para as famílias uma situação patrimonial positiva, uma situação patrimonial negativa e uma situação patrimonial nula. Na primeira situação, se uma família vendesse todos os ativos e pagasse as obrigações, ainda lhe sobraria dinheiro. Na segunda, mesmo se uma família vendesse todos os ativos, não conseguiria liquidar suas obrigações. Na última, não sobra nada para a família, caso ela venda seus ativos e pague suas dívidas.

Além de estruturar o balanço financeiro pessoal em uma determinada data, é interessante analisá-lo utilizando os índices contábeis como o índice de liquidez, o índice de cobertura das despesas mensais, o índice de endividamento e o índice de poupança (HALFELD, 2001). Essa análise é realizada a seguir.

3.1.1 Análise do Balanço Patrimonial Pessoal por meio de Índices Contábeis

Halfeld (2001) destaca que para se medir a situação financeira de uma pessoa e saber o crescimento de seu patrimônio nos últimos tempos, existe uma ferramenta muito útil que é o balanço patrimonial, que juntamente com os índices contábeis proporcionam uma análise financeira mais completa.

Para fazer essa análise, utilizar-se-ão os dados do exemplo de balanço patrimonial da FIGURA 2, o qual será interpretado de acordo com:

- Índice de Liquidez: liquidez é a medida da velocidade com que um ativo pode ser convertido em dinheiro vivo, sem perder valor. Esse índice é obtido pela seguinte fórmula: Índice de Liquidez = Ativo de Curto Prazo/ Passivo de Curto Prazo (HALFELD, 2001).

No exemplo de balanço dado: Índice de Liquidez = $(1.000 + 22.000) / (1.500 + 6.000 + 5.000) = 23.000 / 12.500 = 1,84$. Como esse resultado é maior que um, significa que essa

pessoa não terá dificuldades financeiras, uma vez que seus ativos de curto prazo superam suas dívidas de curto prazo.

Para Halfeld (2001), deve-se evitar que esse índice fique abaixo de um, pois ter liquidez é um fator importante para a vida das pessoas, já que elas precisam sempre ter ativos líquidos no seu patrimônio para pagar despesas habituais como luz, telefone, condomínio, etc.

b) Índice de Cobertura das Despesas Mensais: indica por quanto tempo os ativos de curto prazo conseguirão cobrir as despesas mensais no caso de, por um motivo ou outro, deixar de haver ingressos de recursos, que pode ocorrer quando uma pessoa fica desempregada ou quando ocorre uma crise econômica no país. Ele é assim calculado: $\text{Índice de Cobertura} = \text{Ativo Curto Prazo} / \text{Despesas Mensais}$ (HALFELD, 2001).

No exemplo dado, $\text{Índice de Cobertura} = 23.000 / 3.226 = 7,13$. Esse valor indica que essa pessoa, caso não receba mais recursos, conseguirá sobreviver com seu Ativo de Curto Prazo por 7 meses.

Para Halfeld (2001) é aconselhável nunca deixar esse indicador ficar abaixo de 6. Caso contrário, terá que se depender de créditos de bancos ou financeiras, pagando taxas elevadas de juros.

c) Índice de Endividamento: índice obtido pela divisão do Passivo Exigível com o Ativo Total. Ele indica o quanto dos bens relacionados no Ativo foi financiado por terceiros, ou seja, pelas dívidas relacionadas no Passivo Exigível (HALFELD, 2001).

Com base no modelo de balanço da FIHURA 4: $\text{Índice de Endividamento} = 52.500 / 113.000 = 0,46 = 46\%$. Para Halfeld (2001), esse índice indica que 46% do Ativo foram financiados pelas dívidas relacionadas no Passivo Exigível. O ideal seria ter esse índice próximo de zero, principalmente no Brasil, onde as taxas de juros geralmente são altas.

d) Índice de Poupança: conforme Halfeld (2001), ele é calculado pela seguinte fórmula: $\text{Índice de Poupança} = \text{Resultado disponível para investir} / \text{Receitas}$ e representa o percentual que sobra da receita total de um indivíduo para investir.

No balanço proposto: $\text{Índice de Poupança} = 374 / 3.600 = 10,4\%$, ou seja, de toda a receita mensal dessa pessoa, ela tem capacidade de poupar 10,4% para investir.

Quanto a esse índice, deve-se procurar sempre melhorá-lo, pois quanto mais elevado ele for, maior a capacidade de uma pessoa de atingir sua independência financeira (HALFELD, 2001).

Assim, através desses índices podem-se tirar muitas interpretações que enriquecem uma análise financeira de um balanço e permitem conhecer melhor o patrimônio pessoal de uma determinada pessoa.

Depois de elaborar demonstrações financeiras como o balanço financeiro pessoal, que permitem identificar onde se está financeiramente, deve-se estabelecer onde se deseja chegar através da definição dos objetivos (CRUMBLEY; SMITH, 2002), que é a segunda etapa do processo de planejamento.

3.2 Definir objetivos

Estabelecer objetivos é vital para o planejamento financeiro pessoal, sendo uma atividade periódica que depende da análise financeira feita na fase anterior. Isso porque de acordo com a situação financeira diagnosticada, poder-se-á estabelecer objetivos para continuar no mesmo curso de ação, expandir a situação corrente, mudar a situação corrente ou tomar um novo curso de ação (DLABAY; HUGLES; KAPOOR, 2004).

Além disso, os objetivos bem definidos ajudam a motivar os esforços das pessoas para entender suas finanças pessoais, uma vez que não se pode prever o futuro e ao longo do processo de planejamento tem que se fazer algumas suposições sobre o que pode ocorrer (CRUMBLEY; SMITH, 2002).

Com base em Hallman e Rosenbloom (2003), os objetivos financeiros das pessoas podem diferir dependendo de circunstâncias, atitudes e necessidades pessoais. Entretanto, os objetivos da maioria delas podem ser classificados em: proteção contra riscos pessoais como desemprego, acumulação de capital, provisão de renda para aposentadoria, redução da carga fiscal, aquisição de recursos para os herdeiros e realização de investimentos.

Na definição dos objetivos, o primeiro passo é listar aqueles considerados como principais e depois classificá-los conforme o tempo de realização, definindo quais são os de curto prazo, médio e longo prazos (EID JUNIOR, 2001).

Os objetivos de curto prazo são aqueles que se espera alcançar em até um ano como ter um fundo de emergência e financiar as próprias férias. Os objetivos de médio prazo correspondem àqueles que se leva de um a cinco anos para conquistar como a compra da casa própria e a troca do carro. Já os objetivos de longo prazo são os que exigem mais de cinco anos de planejamento para serem atingidos, tal como a complementação da aposentadoria (LUQUET, 2000).

Também sobre esse processo de definição dos objetivos, Nissenbaum, Raash e Ratner (2004) sugerem o uso de uma planilha específica, como a do ANEXO D, para se designar os objetivos financeiros mais importantes, classificando-os conforme sua relevância e período de realização. Essa classificação pode mudar de acordo com as fases de vida das pessoas e dos estilos de vida por elas adotados.

Após conhecer a situação financeira corrente e definir os objetivos financeiros, as pessoas já possuem informações suficientes para prosseguir o planejamento financeiro pessoal com a elaboração de um plano para atingir os objetivos, como é discutido a seguir.

3.3 Desenvolver um plano

Para Crumbley e Smith (2002), preparar um plano financeiro se assemelha a montar um quebra-cabeça em que muitas peças têm que ser postas em conjunto para se concluir um enigma. Essas peças no planejamento financeiro pessoal incluem decisões sobre educação, compra de seguros, investimentos de capital, reformas, contingências, entre outras.

Em vista dessas várias decisões, Nissenbaum, Raash e Ratner (2004) sugerem que se reflita sobre o que se espera do processo de planejamento. Se as pessoas estão interessadas apenas em questões financeiras específicas como planejar a aposentadoria, as estratégias e os esforços devem se concentrar principalmente nessas questões. Entretanto, se as pessoas preferem fazer um plano que incluía todos os aspectos financeiros de suas vidas, o processo deve ser mais detalhado e melhor elaborado.

Para elaborar um plano, é interessante considerar e avaliar todos os possíveis cursos de ação, que geralmente se enquadram nas seguintes categorias: manutenção da situação atual, expansão da situação corrente, mudança da situação corrente ou tomada de um novo curso de ação. Isso porque o estudo de alternativas é crucial para tomar decisões mais efetivas e satisfatórias (DLABAY; HUGLES; KAPOOR, 2004).

Depois de analisar todas as alternativas, segundo Nissenbaum, Raash e Ratner (2004), é possível detalhar ações para atingir cada objetivo, em planos que podem ser preparados para curto, médio e longo prazo. Cada um desses considera o período que se espera realizar os objetivos.

Para criá-los é possível proceder de diferentes formas como utilizar softwares financeiros, seguir as propostas dos planejadores financeiros ou esboçar um plano específico em um papel. No entanto, eles precisam ser flexíveis para serem adaptados ao longo do tempo (NISSENBAUM; RAASH ; RATNER, 2004).

O próximo passo do planejamento é manter registros periódicos das receitas e despesas cotidianas para controlá-las e projetá-las através de um orçamento. Feito isso é possível atingir os objetivos almejados, como também, acompanhar e reduzir alguns gastos.

A fase de manutenção de registros é descrita no próximo tópico.

3.4 Manter registros

Manter registros financeiros é uma atividade que exige dedicação e por isso muitas pessoas não gostam de realizá-la. Ela se torna importante porque permite saber como, onde e quanto rápido se está gastando o dinheiro, servindo para alertar problemas financeiros, além de possibilitar o monitoramento das despesas para fins fiscais (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

Nissenbaum, Raash e Ratner (2004) afirmam ainda que existem alguns métodos que ajudam na realização dessa atividade. O método mais simples é manter registros das receitas em dinheiro, das movimentações dos talões de cheque e das declarações de cartão de crédito. No outro extremo, pode-se utilizar sofisticados programas de computadores de administração das finanças pessoais.

Na manutenção dos registros das despesas, devem-se acumular dados financeiros e fazer os registros pelo meio escolhido, estabelecendo categorias para elas e determinando a participação percentual de cada uma no total dos gastos mensais, para saber quais são os gastos mais relevantes no orçamento mensal. Essas categorias podem ser iguais às estabelecidas para as despesas do fluxo de caixa (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

No entanto, Luquet (2002) categoriza-as em despesas fixas, variáveis e arbitrárias. As primeiras são aquelas que apresentam o mesmo montante mensalmente como aluguel, condomínio e academia. As despesas variáveis são as contas que se paga todo mês, mas podem apresentar valores diferentes, tais como alimentação e cartão de crédito. As despesas arbitrárias são gastos que podem ser cortados facilmente, já que não são obrigatoriamente feitos mensalmente como viagens, roupas e teatro.

Depois de levantar todas essas informações, deve-se verificar se os gastos que estão sendo efetuados permitem atender os objetivos traçados e atingir a situação financeira pretendida. Para isso, é conveniente elaborar orçamentos, que proporcionam comparar as receitas e despesas com o que foi planejado (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004). Esse assunto é discutido no tópico a seguir.

3.5 Fazer um orçamento informal

Hallman e Rosenbloom (2003) conceituam orçamento pessoal como um plano que visa antecipar despesas e rendimentos e é muito útil para manter os gastos de uma pessoa ou de uma família sob controle e dentro dos seus rendimentos.

Inicialmente, o orçamento tem uma estreita semelhança com a análise do fluxo de caixa feita na primeira fase do planejamento. Entretanto, ele não é um registro histórico do que se gastou, mas um ponto de referência para o que se pretende gastar. E, em vista disso, ele é um documento que está em constante mudança, já que para se encontrar orientações realistas para prepará-lo, mudanças de cursos são feitas (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

Na elaboração de um orçamento, devem-se utilizar os registros dos rendimentos e das despesas realizados na fase anterior, procurando limitar as despesas presentes e futuras. Quanto a isso é necessário ser conservador nos pressupostos adotados e nas ações que se toma, não presumindo rendimentos a mais do que o provável e nem realizando muitos compromissos financeiros (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

Utilizando uma planilha como a do ANEXO E, devem-se anotar as despesas do dia-a-dia nos espaços em branco para se lembrar continuamente de tentá-las reduzir. Depois, por uma questão de organização, elas podem ser agrupadas mensalmente e anualmente (CORDEIRO, 2007).

Logo, se todo esse processo de elaboração for feito de forma correta, obter-se-ão muitas vantagens como: manutenção de registros financeiros mais precisos, disciplina no corte de gastos, verificação do progresso em relação aos objetivos anteriormente traçados, antecipação na análise de decisões básicas e eliminação de incertezas (BITENCOURT, 2004).

Após essa etapa, deve-se procurar lidar com obstáculos, crédito e dívidas como sugere Nissenbaum, Raash e Ratner (2004).

3.6 Lidar com obstáculos, crédito e dívidas

Nissenbaum, Raash e Ratner (2004) acrescentam que nessa fase do processo de planejamento, já se têm muitas informações que foram geradas pelas outras etapas. Entretanto, deve-se aprender a lidar com alguns obstáculos que podem afetar a vida das pessoas ou da economia em geral, como também tomar algumas decisões quanto a créditos e dívidas.

Existem obstáculos que podem afetar o processo de planejamento, por isso depois de estabelecer os objetivos, traçar um plano e desenvolver um orçamento é importante estudar periodicamente a situação da economia e observar os fatos isolados que podem influenciar a vida das pessoas (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004). Esses obstáculos podem ser referentes à inflação, impostos, recessão, desemprego, lesões físicas e diminuição do horário de trabalho das pessoas. Eles também devem ser considerados para rever o processo de planejamento (CRUMBLEY; SMITH, 2002).

Além disso, os créditos e as dívidas pessoais também são aspectos que precisam ser considerados nessa etapa. Isso porque constantemente as pessoas estão decidindo sobre que tipo de crédito utilizar para fazer suas compras e consequentemente como administrar suas dívidas. Essas decisões devem considerar o que foi estipulado no orçamento e os objetivos que se pretende atingir (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

Com relação às dívidas, as pessoas podem obter várias formas de crédito até chegar ao ponto de que suas despesas ultrapassam suas receitas, não conseguindo seguir os orçamentos elaborados. Diante dessa situação, para continuar o processo do planejamento, essas precisam reduzir suas pendências procurando não adquirir mais dívidas relacionadas a itens não muito necessários como viagens, priorizar o pagamento de contas com juros mais altos como às de cartão de crédito ou usar o dinheiro poupado para quitar algumas contas (HALLMAN; ROSENBOOM, 2003).

Depois dessa etapa, segue-se como última etapa do planejamento, a revisão de todo processo (CRUMBLEY; SMITH, 2002; DLABAY; HUGLES; KAPOOR, 2004; HALLMAN; ROSENBOOM, 2003; NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

3.7 Rever o processo

Depois de realizar todas as etapas do planejamento financeiro pessoal, é preciso rever constantemente todo o processo para fazer alguns ajustes (CRUMBLEY; SMITH, 2002). Isso porque conforme Hallman e Rosenbloom (2003), alguns acontecimentos ocorrem na vida das pessoas e de suas famílias que podem ocasionar mudanças em suas condições financeiras, tais como, casamento, nascimento de um filho, divórcio, mortes e mudança de trabalho.

Nessa etapa, muitas questões devem ser analisadas para verificar se os pressupostos financeiros anteriormente assumidos foram corretos e se a situação financeira mudou totalmente. Uma dessas questões é saber se os objetivos financeiros continuam os mesmos, observar se foi possível seguir o orçamento e identificar quais os fatores que estão

dificultando a continuação do processo de planejamento (NISSENBAUM; RAASH; RATNER, 2004).

Dlabay, Hugles e Kapoor (2004) destacam ainda que o planejamento financeiro pessoal é um processo dinâmico que não chega ao fim quando as pessoas tomam determinadas atitudes. Ele regularmente pode continuar depois que se faz uma revisão de alguns aspectos das finanças pessoais, prosseguindo-se todas as etapas do processo até reiniciar novamente o ciclo.

Entretanto, quanto à capacidade de planejamento econômico-financeiro dos brasileiros; Saito, Savoia e Santana (2007) destacam que essa foi prejudicada pelo extenso período de inflação pelo qual o país passou. Por conta disso, pesquisas como a de Zerrenner (2007), realizada com pessoas de baixa renda da cidade de Santo André - SP, apontam a falta de planejamento como um dos principais motivos do endividamento (item mais citado pelos entrevistados, 43,1%).

O endividamento corresponde a um dos grandes problemas que afetam as finanças pessoais e traz consequências para a vida das pessoas e para o setor econômico, por isso desperta o interesse de muitas pesquisas, como pode ser visto no capítulo a seguir que trata sobre o assunto.

4 ENDIVIDAMENTO

A expansão do endividamento familiar no Brasil teve início, no final dos anos 60, a partir do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e das facilidades de se endividar no euromercado para financiar o crédito ao consumo. Antes era insignificante o crédito às pessoas para aquisição de imóveis, automóveis e eletrodomésticos (LESSA, 2009).

Depois o país passou por mais de 40 anos de inflação, quando todos os meses não só os preços, como também os salários eram reajustados mensalmente. Nesse período a situação financeira da população estava em descontrole, pois se gastava por conta da diferença do que se iria receber no final do mês. Isso trouxe maus hábitos para as pessoas, pois até depois da estabilização, indivíduos e/ou as famílias brasileiras ainda não conseguem efetivamente exercer um controle de suas finanças (SILVA, 2004).

Na última década e meia, por meio da estabilidade da economia juntamente com uma conjuntura internacional favorável aos países emergentes, o Brasil conheceu a realidade do desenvolvimento sustentável. O governo passou a festejar o consumo por meio de um endividamento sem limites, esse atingindo 80 milhões de brasileiros, segundo o Sistema de Informação de Crédito do Banco Central por meio de estimativa do universo dos clientes bancários com alguma dívida feita em vários montantes no ano de 2008 (DUQUE, 2009).

Ainda o mesmo artigo relata que de acordo com o Sistema de Informação de Crédito do Banco Central, as pessoas além de financiarem a casa própria, o carro, realizam novas operações de crédito que englobam o empréstimo pessoal, cheque especial e o uso rotativo do cartão de crédito. O uso desse último pelas pessoas físicas já ultrapassou os R\$ 17 bilhões. Essas modalidades de endividamento possuem taxas de juro acima de 152% ao ano, tornando-se, em muitos casos, impossível a sua liquidação (DUQUE, 2009).

Diante disso, percebe-se a dimensão do fenômeno do endividamento no país, o que tem levado ao surgimento de algumas pesquisas interessadas no tema. Além dessas, existem também autores nacionais e estudos desenvolvidos em outros países, que contribuem para a discussão do assunto.

Por conta disso, esses serão utilizados para se compreender o endividamento pessoal, procurando-se destacar alguns conceitos relacionados ao assunto, as causas e consequências de se estar endividado, os resultados de algumas pesquisas realizadas e opiniões de alguns autores para se contornar o endividamento.

4.1 Conceitos

Com base no estudo realizado pelo Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC) da Universidade de Coimbra (2003) sobre o desemprego e sobreendividamento dos consumidores, “a compreensão do fenômeno do endividamento passa por uma apreensão correta de alguns conceitos que são utilizados, de modo incorreto, como sinônimos”. Esses conceitos referem-se a endividamento, multiendividamento e inadimplência.

O endividamento corresponde ao saldo devedor de um indivíduo, resultante de uma dívida ou de mais do que uma ao mesmo tempo. Quando ocorre essa última situação, pode-se dizer que se está enfrentando um quadro de multiendividamento. Já a inadimplência ocorre quando as dívidas não são pagas pelo devedor por muito tempo, podendo ser consequência do endividamento. No entanto, a inadimplência não significa necessariamente incapacidade de pagamento, pois pode ser fruto de uma análise de custo-benefício de oportunidade por parte do devedor (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2003).

Outro conceito importante sobre o assunto, também foi desenvolvido pelo Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002a) através do estudo sobre o endividamento das famílias portuguesas e diz respeito ao sobreendividamento. Esse é definido como a situação em que as famílias se encontram impossibilitadas de cumprir com um ou mais compromissos financeiros, também podendo ocorrer quando um devedor continua a honrar os seus compromissos, mas com sérias dificuldades.

Esse ainda pode ser classificado em ativo e passivo. O sobreendividamento ativo ocorre quando o devedor contribui para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, como por exemplo, não planejando o pagamento dos compromissos assumidos. O sobreendividamento passivo é resultado da ocorrência de circunstâncias que afetam de forma grave a capacidade de reembolso do devedor, colocando-o em situação de impossibilidade de cumprir os seus compromissos financeiros. Essas circunstâncias são imprevisíveis e correspondem, por exemplo, a divórcio, desemprego, doença ou morte de um familiar, conjuntura econômica desfavorável, etc. (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002a).

Também é possível destacar, segundo Eid Junior (2001), que as pessoas assumem diferentes comportamentos quando lidam com dinheiro, podendo gastar o que ganham, gastar menos do que ganham ou gastar mais do que ganham. Essas últimas são consideradas endividadas e podem se tornar inadimplentes quando atrasam o pagamento dos seus compromissos.

Em vista disso, Materlanc (2002 apud Costa, 2004), propôs uma classificação dos consumidores em quatro grupos de perfis de inadimplentes. Um deles reúne pessoas que se endividam por causa de débitos contraídos, por exemplo, devido a acidentes de trânsito, mortes na família ou divórcio, correspondendo o grupo de endividamento por razões pessoais. Outro tipo de inadimplente é aquele que perdeu o emprego ou atravessa um momento de redução de renda, caso dos autônomos atingidos pela conjuntura econômica que, enquadraram-se numa situação temporária. Há ainda um grupo formado por pessoas que sofrem mudanças momentâneas no padrão de renda e ainda o caso típico de consumidores que ganham certa quantia e acabam gastando o dobro, este é o caso mais grave por ser considerado uma doença.

Além desses conceitos, alguns autores destacam na abordagem do endividamento, as suas causas e consequências, como pode ser visto a seguir.

4.2 Causas e consequências do endividamento

Nas discussões sobre o endividamento, alguns autores tentam descrever as causas e consequências de se estar endividado. Quanto às causas que levam as pessoas a terem uma situação financeira desestruturada, Frankenberg (2002) ressalta as seguintes:

- Educação financeira recebida ao longo da vida pode influenciar atitudes e hábitos equivocados.
- Maneira de enxergar a vida em que o imediatismo predomina sobre médio e longo prazos.
- Prevalência na sociedade da cultura financeira adquirida no período da inflação, cujos conceitos válidos na época, não são mais aplicáveis atualmente.
- Forte influência exercida pelo mundo mercadológico e pelo consumismo.
- Ambição desmedida que faz perder a relação com a realidade.

Tolotti (2007) também destaca que o endividamento pessoal é fruto de uma gestão financeira equivocada, que sofre a influência de motivações emocionais, uma vez que muitas decisões financeiras são tomadas por avaliações errôneas, por impulso, por compulsão e, principalmente, pelo significado que determinados produtos adquiridos têm para cada pessoa. Diante disso, somente a partir da consideração de aspectos econômicos e motivacionais das pessoas, torna-se possível analisar e entender a cultura do endividamento.

Já para Halles, Hilgemberg e Sokolowski (2008), a desestruturação financeira tem origem em vários fatores, entre os que costumam ser freqüentemente apontados estão: a

facilidade de acesso ao crédito sem a devida capacidade de pagamento, a cobrança de juros abusivos, as práticas consumistas, como também a falta de planejamento financeiro, que dificilmente é considerado como fator relevante pelas pessoas.

Com relação às consequências do endividamento, a pesquisa do Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002a) sobre o endividamento das famílias portuguesas considera que o endividamento afeta o equilíbrio orçamental do indivíduo ou do seu agregado familiar e traz implicações ao nível social e psicológico, como a marginalização e a exclusão social, os problemas psíquicos, o alcoolismo, a dissolução das famílias, as perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias, etc.

Além das implicações econômicas em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que lhe estão associados, o endividamento também afeta a economia, já que com o aumento de casos de incapacidade de cumprimento dos compromissos financeiros, acontece a contração do mercado de crédito, e as instituições financeiras reagem excluindo do mercado do crédito tanto os clientes economicamente mais desfavorecidos, como certos agentes que poderiam não ter dificuldades em honrar os seus compromissos de crédito. O efeito disso é a diminuição do consumo privado que afetará o crescimento da economia (OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002a).

Frankenberg (2002) também aborda as consequências da desestruturação financeira, que para ele envolve questões ligadas à psicologia e à sociologia, assim como as causas do endividamento. Essas consequências que afetam, temporariamente ou permanentemente, tantas pessoas no Brasil e em todo o mundo são:

- Permanente estresse, podendo conduzir a problemas cardíacos e outros males;
- Percepção da vida de uma forma pessimista;
- Insatisfação refletida na atividade profissional e também na vida familiar;
- Vida familiar com discussões constantes, que podem conduzir a uma desestruturação da família;
- Dependência de terceiros quando acontecem emergências financeiras;
- Perda de bens patrimoniais, por não terem sido pagos integralmente.

Essas causas e consequências do endividamento pessoal, assim como outras questões referentes ao assunto, são mais exploradas em pesquisas acadêmicas e em estudos realizados por entidades que conhecem bem o assunto. Alguns resultados desses estudos e pesquisas são citados no próximo tópico.

4.3 Pesquisas sobre endividamento

O endividamento tem incentivado o surgimento de estudos, como a pesquisa brasileira realizada por Zerrenner (2007), os estudos do Observatório de Endividamento do Consumidor de Portugal e o estudo internacional de Kosters, Paul e Stein (2004).

A pesquisa de Zerrenner (2007), sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda, foi realizada com pessoas da cidade de Santo André – SP e os seus resultados constataram as razões para o endividamento desses. Entre elas, a falta de planejamento, foi o item mais citado pelos entrevistados (43,1%); enquanto que 21,6% alegaram que o maior motivo relaciona-se a incidentes pessoais e familiares; e os outros 35,1% atribuíram ao consumismo a razão para os problemas com dívidas.

Sobre os estudos do Observatório de Endividamento, além dos já citados nesse capítulo, pode-se destacar o estudo intitulado Inquérito sobre o comportamento e os valores econômicos dos jovens (2002b), que submeteu questionários a 493 universitários que cursavam o terceiro ano de três universidades portuguesas. Esses perguntados sobre as possíveis causas do endividamento do consumidor, apontaram como respostas: o mau planejamento das despesas (34,1%), os baixos rendimentos (35,1%) e o desemprego (23,5%).

Já Kosters, Paul e Stein (2004), efetuaram uma análise comparativa das principais causas do endividamento na Alemanha, França, Estados Unidos, Bélgica e Áustria, e através desse trabalho constataram que o desemprego e a má gestão orçamentária são uma das principais causas do endividamento, como pode ser visto no GRÁFICO 5, que sintetiza apenas as três causas identificadas pelos autores do estudo como as mais relevantes em cada país.

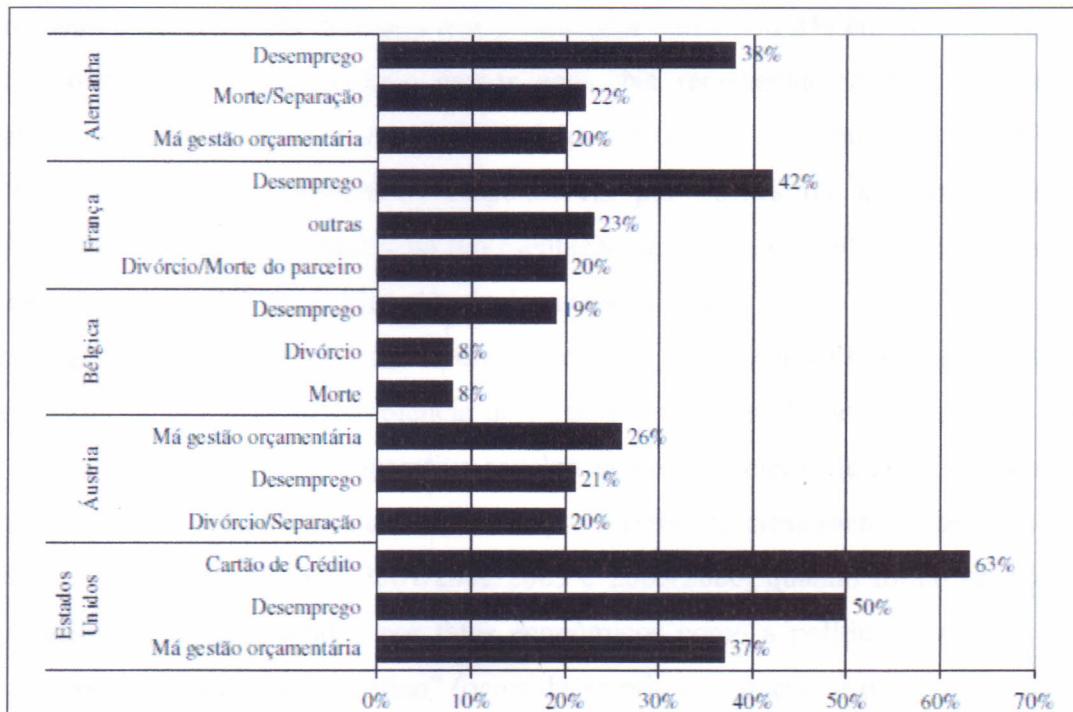


Gráfico 5 – Principais causas de endividamento – comparação internacional

Kosters, Paul e Stein (2004, p.90)

Nessa pesquisa, o desemprego surgiu como a primeira causa do endividamento na França (42%), Alemanha (38%) e Bélgica (19%), e como segunda causa nos EUA (50%) e na Áustria (21%). A má gestão orçamentária, nos EUA foi citada por 37% dos entrevistados, na Áustria o item ficou como o mais votado (26%) e na Alemanha é citada por 20% dos entrevistados.

Além desses estudos, é possível encontrar pesquisas sobre o assunto no Brasil, realizadas por instituições como a Serasa, o Telecheque, o Itaucard, o Instituto de Economia Gastão Vidigal (IEGV) e o Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento do Comércio (IPDC), esse de atuação no estado do Ceará.

A Serasa, instituição especializada em informações e análises econômico-financeiras, divulga mensalmente o Indicador Serasa *Experian* de Inadimplência de Pessoa Física, que analisa eventos ocorridos em todo o Brasil e reflete o comportamento da inadimplência no âmbito nacional. Esse índice corresponde a um modelo estatístico de múltiplas variáveis e considera as variações registradas no número de cheques sem fundos, títulos protestados, dívidas vencidas com instituições financeiras, empresas do varejo, cartões de crédito e financeiras.

Em janeiro de 2009, ela divulgou que o indicador aumentou 8% em 2008 na relação com 2007, considerando o acumulado desses anos. Na representatividade desse índice, figuram as dívidas com os bancos com uma participação de 43,2% no indicador; as dívidas com cartões de crédito e financeiras, responsáveis por 33,7% da inadimplência dos consumidores; os cheques devolvidos com representação de 21%; e os títulos protestados, que em 2008 representaram 2,2% da inadimplência dos consumidores.

A Serasa também publicou, em fevereiro de 2009, um comparativo da evolução do Indicador Serasa *Experian* de Inadimplência de Pessoa Física nos últimos anos, como pode ser visto no GRÁFICO 6. Esse comparativo revelou que entre janeiro de 2009 e janeiro de 2008, a inadimplência mostrou alta de 12,7%, e que o ritmo de crescimento atual está bem abaixo do verificado entre os anos 2001/2002/2003 e 2005/2006, quando foram registrados picos de inadimplência ocasionados por fatos econômicos como a política monetária mais restritiva por conta do “apagão energético” (ocorrida no primeiro intervalo de tempo citado) e os juros mais elevados visando o controle da inflação (choque monetário de 2004/2005).



Gráfico 6 – Indicador Serasa *Experian* de Inadimplência de Pessoa Física (crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior)

Fonte: Serasa, 2009

O Telecheque, empresa que atua no segmento de verificação e garantia de cheques, também realiza pesquisas sobre o assunto. Elas têm como objetivo identificar bimestralmente o perfil dos consumidores com dívidas em atraso.

Dessa forma, em estudo referente aos meses de novembro e dezembro de 2008, com 890 emitentes de cheques em todo o país, a empresa verificou que: mulheres (57,08% dos consumidores inadimplentes), solteiros (44,04%), consumidores na faixa dos 21 a 30 anos (30,56%) e dos 31 a 40 anos (34,48%), como também consumidores com renda entre R\$ 2075,00 e R\$ 2490,00 correspondiam à maioria dos inadimplentes (PIMENTA, 2009).

Também foi constatado que as principais razões para a inadimplência estavam relacionadas ao descontrole financeiro (apontado por 59,89% dos consumidores inadimplentes ouvidos), ao fato de se emprestar o nome para outras pessoas efetuarem compras (9,33% das respostas) e a questão do desemprego (citado por 3,82% das pessoas).

Já com relação a pesquisas sobre cartão de crédito, o Itaucard divulga dados sobre a inadimplência dos seus clientes e segundo ela, no mês de junho de 2008, as pessoas mais inadimplentes tinham idade entre 18 a 29 anos. Já as pessoas menos inadimplentes, correspondiam aos idosos, uma vez que se observou que quanto maior a idade, menor é a inadimplência, como é possível visualizar na tabela abaixo divulgada pela pesquisa (NUNES, 2009).

Tabela 1 - Atraso sobre o saldo total de crédito em julho de 2008

Faixa etária	Atraso de 15 a 30 dias	Atraso acima de 90 dias
60 anos ou mais	3,50%	6,37%
Entre 50 e 59 anos	3,85%	6,96%
Entre 40 e 49 anos	4,13%	7,89%
Entre 30 e 39 anos	4,87%	9,18%
Entre 18 e 29 anos	6,98%	13,10%

Fonte: Itaucard, 2008

Ainda a nível nacional, o Instituto de Economia Gastão Vidigal (IEGV) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) através da Pesquisa de Inadimplência SCPC e SCPC CHEQUE (Usecheque) fornece dados sobre as causas da inadimplência do consumidor.

Assim, em relatório de dez anos, a instituição divulgou um comparativo das causas da inadimplência dos anos de 1997, 2002 e 2007. O desemprego como causa de inadimplência aumentou de 37% para 55% no período de dez anos, enquanto que a queda da renda sofreu uma redução considerável na mesma década, passando de 16% para 6%, como é possível analisar na tabela abaixo.

Tabela 2 - Pesquisa sobre inadimplência no Brasil – SCPC e Usecheque

	1997	2002	2007
I – Causas da Inadimplência			
Ficou desempregado	37%	47%	55%
Alguém da família ficou desempregado	2%	3%	4%
Doença em família	3%	6%	5%
Descontrole do gasto	22%	15%	9%
Queda da renda	16%	2%	6%
Ter sido avalista, emprestou nome	-	14%	12%
Outros	20%	13%	9%
II – Sexo			
Masculino	72%	57%	58%
Feminino	28%	43%	42%
III – Idade			
Menos de 20 anos	4%	2%	7%
De 21 à 30	42%	40%	24%
De 31 à 40	32%	40%	30%
De 41 à 50	17%	13%	26%
De 51 à 60	4%	4%	11%
Mais de 60 anos	1%	1%	2%

Fonte: SCPC e IEGV, 2007

Também em pesquisa anual realizada em 2008 com 618 inadimplentes, a instituição constatou como as causas da inadimplência: o desemprego (apontado por 46% dos entrevistados), o descontrole de gastos (citado por 17% dos entrevistados), o fato de ser avalista ou emprestar o nome para outra pessoa fazer compras no crediário (indicado por 17% dos entrevistados). Essas causas também foram detectadas como as mais significantes nos dois anos anteriores e entre as pessoas mais inadimplentes, destacam-se aqueles com idade entre 21 a 30 anos (35%), do sexo feminino (42%) e com renda familiar entre R\$ 1001 a R\$ 2000, conforme pode ser visto na tabela ANEXO F.

Quanto às pesquisas a nível mais local, destacam-se as realizadas pelas Federações do Comércio de cada estado. No Ceará, a Federação do Comércio, através do seu Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC), realiza uma pesquisa intitulada Taxas de Endividamento do Consumidor de Fortaleza. Essa avalia o endividamento na cidade de Fortaleza mensalmente, considerando o número de consumidores que possuem algum tipo de dívida, o número de consumidores com dívidas em atrasos, a parcela da renda dos consumidores comprometida com dívidas em atraso e o número de consumidores que não terão condições de pagar as dívidas atrasadas.

Diante disso, em pesquisa de Março de 2009, a instituição constatou que da amostra de 900 pessoas da população em análise (consumidores em potencial residentes em Fortaleza, com idade igual ou superior a 18 anos), 58,21% estava endividada, 20,90% possuía algum

tipo de dívida ou conta em atrasos, 6,22% teriam dificuldades de pagar as dívidas atrasadas e que o comprometimento da renda desses com o pagamento atrasado de dívidas cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, compra de imóvel e prestações de carro e de seguros era de 17,07%. Isso pode ser visualizado abaixo na Tabela 3.

Tabela 3 – Síntese dos resultados – em (%)

Taxa	Meses			Média	
	Jan	Fev	Mar	Jan-Mar	No Ano
Endividados	65,01	64,93	58,21	64,72	62,72
Dívidas ou Contas em Atrasos	26,8	27,19	20,9	24,96	24,96
Comprometimento da Renda	18,73	19,99	17,07	18,6	18,6
Inadimplência em Potencial	9,13	10,07	6,22	8,47	8,47

Fonte: Pesquisa Direta IPDC, 2009

Essa pesquisa também revelou que os problemas do endividamento afetam mais as mulheres (23,27% das consumidoras possuem alguma conta em atraso no mês de março), a população com idade entre 18 a 24 anos (23,85%), as pessoas com nível superior (32,81%), e aqueles pertencentes à classe socioeconômica D/E (24,25%), conforme pode ser visto na tabela a seguir, que resume esses índices por estratos demográficos.

Tabela 4 – Taxa de Consumidores com contas ou dívidas em atrasos no Trimestre por Indicadores Demográficos – em (%)

Estratos	Valores (em %)				
	Mensal			Média	
	Jan	Fev	Mar	No Ano	12 Meses
Por Sexo					
Masculino	22,53	23,37	17,67	21,19	22,55
Feminino	29,58	29,61	23,27	27,49	27,54
Por Idade					
18 a 24 anos	24,33	24,78	23,85	24,32	26,74
25 a 34 anos	33,49	27,58	22,15	27,74	29,25
35 anos ou mais	25,21	27,69	19,69	24,2	23,78
Por Escolaridade					
Até o 1º grau	21,32	20,71	24,31	22,11	24,1
2º grau	29,8	30,17	19,38	26,45	26,09
Superior	41,81	23,13	32,81	32,58	26,92
Por Renda Familiar Mensal					
Até 5 salários mínimos	26,89	27,2	20,93	25,01	25,54
5 a 10 salários mínimos	15,75	27,04	19,15	20,65	21,31

Acima de 10 salários mínimos	27,8	1,95	0,08	9,95	12,51
Por Classe Socioeconômica*					
A	21,3	0,89	1,11	7,77	11,8
B	23,22	21,22	19,27	21,24	21,58
C	27,09	28,37	20,65	25,37	25,77
D/E	26,57	22,43	24,25	24,42	27,54
Total	26,8	27,19	20,9	24,96	25,47

Fonte: Pesquisa Direta IPDC, 2009

Nota: * O critério para a classificação econômica da população adotada pelo IPDC é o mesmo adotado pela ABA - Associação Brasileira de Anunciantes e ANEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, que divide o mercado em classes econômicas com poder de compra diferenciado através de pontuação em função da propriedade de bens e da escolaridade do chefe da família. Conforme essa pontuação, a população brasileira poder dividida em sete segmentos: A1, A2, B1, B2, C, D e E. No entanto, na pesquisa do IPDC foram adotados apenas cinco grupos: A, B, C, D e E.

Além disso, dentre os motivos citados pela pesquisa, como causadores do endividamento, destacam-se: a falta de controle financeiro, com 34,95% das respostas; o desemprego, com 28,33% das respostas; seguido pelos gastos inesperados, com 24,93% das respostas. Já os instrumentos de crédito mais utilizados pelos consumidores são: cartões de crédito, citado por 77,37% dos entrevistados; carnês e crediários, com 19,81% das respostas; e os empréstimos pessoais, com 16,55%.

Entretanto, mesmo diante dos fatores detectados pelas pesquisas citadas e que impulsionam as pessoas ao endividamento, alguns autores dão opiniões de como contornar esse problema, como pode ser visto a seguir.

4.4 Como contornar o endividamento

No estudo do endividamento, também é interessante encontrar maneiras de contornar essa situação. Uma forma é seguir alguns passos que podem ajudar nessa tarefa, esses são estancar imediatamente o endividamento, vender os bens patrimoniais dispensáveis, diminuir gradativamente o endividamento e iniciar um plano de poupança sistemático (FRANKENBERG, 2002). Esses passos são detalhados a seguir.

O primeiro passo significa deixar de assumir novos contratos ou compromissos que envolvam pagamentos futuros, independentemente do fato de conterem ou não juros e/ou correção monetária. O segundo passo é recomendável quando se deseja diminuir o endividamento rapidamente ou quando se encontra dificuldades para reduzi-lo apenas com o rendimento normal, além disso, vender um imóvel muitas vezes é melhor que mantê-lo e pagar juros elevados das dívidas. O terceiro passo corresponde reservar determinada

importância mensal para ser utilizada na eliminação do saldo de dívidas existentes. O último passo é reservar dinheiro, depois que se eliminaram as dívidas, através de um meio como a caderneta de poupança, que permita criar uma fonte de recursos para emergências (FRANKENBERG, 2002).

Tolotti (2007) também ressalta que antes de procurar soluções para contornar o endividamento, deve-se tentar evitá-lo. Isso é possível através de algumas atitudes como não gastar mais do que se ganha, anotar gastos diários para se ter controle do quanto e no que se está gastando, e fazer uma reserva, já que imprevistos são incontroláveis e inevitáveis.

Entretanto, se uma pessoa não consegue evitar o endividamento e se encontra numa situação complicada, existem alguns caminhos que facilitam a solução dos problemas financeiros, como a renegociação das dívidas, a venda de algum bem, a revisão dos gastos e a reconsideração de empréstimos. A renegociação das dívidas é uma alternativa considerável, pois as instituições estão habituadas com tal atitude e muitas vezes através dela se consegue um bom negócio que ajuda a romper com o endividamento. A venda de um bem para acabar com as dívidas é recomendada por alguns economistas e em muitas circunstâncias é mais interessante do que acumular contas a pagar (TOLOTTI, 2007).

Já a revisão de gastos corresponde analisar os pequenos gastos e os artigos considerados indispensáveis para diminuir o volume das dívidas. A reconsideração de tomar empréstimo, caso essa seja uma possibilidade escolhida, corresponde analisar as linhas de crédito que tenham menores prazos e consultar mais de uma instituição para comparar juros e condições de pagamento (TOLOTTI, 2007).

Depois dessa discussão, o capítulo seguinte dispõe sobre os aspectos metodológicos do trabalho, que descreve como a pesquisa de campo, que tomou como base a teoria analisada nessa parte teórica, foi realizada.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (LAKATOS, MARCONI, 2001).

Para Gil (2009), ela é desenvolvida por meio dos conhecimentos disponíveis, da utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos, correspondendo a um processo que envolve várias fases, que inclui desde a formulação de um problema até a apresentação dos resultados.

Diante disso, para atingir os objetivos e testar as hipóteses propostas nesse estudo, a metodologia utilizada toma como base a classificação adotada por Vergara (1997), que distingue a pesquisa quanto aos objetivos e quanto aos meios de investigação. Dessa forma, essa pesquisa é descritiva, quanto aos objetivos; e é bibliográfica, documental e de campo, quanto aos meios de investigação.

A pesquisa aqui realizada pode ser descritiva, uma vez que esse tipo de pesquisa, segundo Gil (2009), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno e aqui se pretende analisar o perfil do endividamento dos alunos que cursam Administração de Empresas na Universidade Federal do Ceará.

É bibliográfica porque foram realizadas consultas em livros, artigos, dissertações e sites especializados, e é documental, pois se teve acesso a relatórios de instituições que divulgam informações sobre endividamento dos consumidores para desenvolver a parte teórica.

Também é considerada como pesquisa de campo, já que essa é utilizada para conseguir informações acerca de um problema para o qual se procura uma resposta (VERGARA, 1997), que nesse estudo é saber se os alunos que cursam Administração de Empresas encontram-se endividados como os jovens analisados por instituições que realizam pesquisas sobre o endividamento do consumidor.

Quanto ao instrumento escolhido para coletar os dados da pesquisa, utilizou-se o questionário, que corresponde a um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado (GIL, 2009). Esse, segundo Lakatos e Marconi (2001), apresenta algumas vantagens como economia de tempo, atinge um maior número de pessoas simultaneamente, apresenta menos riscos de distorção pela influência do pesquisador e possibilita liberdade nas respostas, em razão do anonimato.

A elaboração de um questionário, de acordo com Lakatos e Marconi (2001), deve estar de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa. Nesse estudo, como os objetivos são: estudar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Administração de Empresas, conhecer a situação financeira desses estudantes em relação aos seus níveis de renda e de dívidas, compreender as razões que levam alguns deles a se endividarem e constatar se os conhecimentos financeiros adquiridos por eles são aplicados em suas vidas práticas; foi elaborado um questionário estruturado, com 24 perguntas, dividido em três partes, como pode ser visualizado no Apêndice A .

A primeira parte possui questões sobre a identificação do respondente quanto ao sexo, idade, semestre que está cursando na faculdade, turno, principal fonte de renda e valor de sua renda pessoal e familiar. Já a segunda e a terceira parte foram desenvolvidas com questões referentes aos objetivos geral e específicos.

A segunda parte é composta por perguntas sobre endividamento pessoal e na sua estruturação tomou-se como base os questionários aplicados por instituições como o IPDC, que realizam pesquisas sobre o endividamento do consumidor e que foram citadas nesse estudo. No entanto, procurou-se adaptar os assuntos perguntados a realidade dos estudantes.

A terceira parte procura levantar informações sobre o perfil financeiro pessoal do respondente, por isso aborda questões referentes à poupança, investimentos e planejamento financeiro pessoal.

5.1 Coleta de dados

Na fase de coleta de dados da pesquisa, optou-se por uma amostra intencional para aplicar os questionários, uma vez que não se teve acesso às informações detalhadas sobre o número de alunos por semestre e por turno do curso de Administração de Empresas.

No entanto, Mattar (1996) considera esse tipo de amostra como uma amostra não probabilística, definida com base em uma estratégia de se escolher casos julgados como típicos da população em que o pesquisador está interessado. Além disso, ela representa uma amostra satisfatória para as necessidades da pesquisa, como também, possibilita atingir melhores resultados do que por uma amostra por conveniência.

Dessa forma, a amostra selecionada foi composta por alunos do curso de Administração de Empresas da Universidade Federal do Ceará, que cursam disciplinas de Finanças. Alunos esses que apresentam um considerável conhecimento financeiro dentre os componentes da população.

Dentre as disciplinas de Administração Financeira, teve-se a preocupação de selecionar aquelas que não fossem dos mesmos semestres, impedindo uma possível reaplicação de questionários e consequentemente erros para os resultados da pesquisa. Por isso, foram escolhidos os alunos das disciplinas de Administração e Análise Financeira e Orçamentária I, Administração e Análise Financeira e Orçamentária II e Análise de Investimentos dos turnos diurno e noturno, que são disciplinas de semestres diferentes e mais avançados.

Depois de definir a amostra, deu-se início o processo de aplicação dos questionários, que ocorreu durante três semanas, correspondendo à última semana do mês de abril e as duas primeiras semanas do mês de maio de 2009. Na última semana de abril, submeteu-se o questionário a um pré-teste e nas duas primeiras semanas de maio aplicaram-se os questionários para obter os resultados da pesquisa.

O pré-teste do questionário foi realizado com os alunos da disciplina de Administração e Elaboração de Projetos noturno, que é uma das disciplinas de Administração Financeira, mas que pelo fato de poder ser ofertada juntamente com outras disciplinas de Finanças, foi descartada da amostra.

Nesse pré-teste, contou-se com a participação de todos os alunos presentes na aula, totalizando 19 (dezenove) questionários respondidos, que depois foram analisados para verificar a sua adequação para coletar as informações pretendidas.

Dentre eles, observou-se que 5 (cinco) questionários foram respondidos inadequadamente, denotando dificuldade no entendimento de algumas questões. Por conta disso, o questionário foi reformulado. As questões que geravam dúvidas foram modificadas e a nota explicativa que aparece antes do questionário foi reescrita com o objetivo de esclarecer melhor as instruções para o seu preenchimento.

Em seguida, deu-se continuidade a aplicação dos questionários no início das aulas das disciplinas selecionadas, contando com a autorização dos professores. Durante essas aplicações, os questionários eram entregues a todos os alunos presentes, destacando-se as instruções para seu preenchimento e o objetivo da pesquisa.

No total, foram aplicados 140 (cento e quarenta) questionários nas seis turmas visitadas, sendo aproveitados 125 (cento e vinte e cinco) desses questionários. Os 15 (quinze) questionários não aproveitados foi devido ao fato de que os respondentes não preencheram todas as respostas solicitadas.

5.2 Análise e interpretação dos dados

Para Gil (2009), depois de realizar a coleta dos dados, segue a fase da análise dos dados coletados. Essa fase engloba vários procedimentos como a codificação das respostas, a tabulação dos dados e os cálculos estatísticos. Juntamente com esses procedimentos, pode-se fazer a interpretação dos dados, que consiste em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos.

Diante disso, o questionário aplicado nesse estudo foi codificado depois da coleta dos dados, a tabulação foi feita eletronicamente através do programa Microsoft Office Excel, e os cálculos estatísticos realizados corresponderam à determinação de percentagens e de correlações entre algumas questões. Isso corresponde a um tratamento de caráter quantitativo, uma vez que os dados foram expressos em valores numéricos, apresentados de forma percentual através de gráficos e tabelas, como pode ser visto no próximo tópico.

5.2.1 Apresentação dos resultados

A primeira parte do questionário, correspondente às questões sobre a identificação dos participantes, buscou coletar informações sobre sexo, idade, semestre, turno, principal fonte de renda e valor das rendas pessoal e familiar.

Como citado no tópico de coleta de dados, a amostra foi intencional e composta por alunos de três disciplinas de Administração Financeira dos turnos diurno e noturno do curso de Administração de Empresas da Universidade Federal do Ceará. Ao final da aplicação dos questionários, a amostra ficou assim constituída: 20 (vinte) questionários aplicados na disciplina de Administração e Análise Financeira e Orçamentária I diurno, 29 (vinte e nove) na disciplina de Administração e Análise Financeira e Orçamentária I noturno, 16 (dezesseis) na disciplina de Administração e Análise Financeira e Orçamentária II diurno, 25 (vinte e cinco) na disciplina de Administração e Análise Financeira e Orçamentária II noturno, 11 (onze) na disciplina de Análise de Investimentos diurno e 24 (vinte e quatro) na disciplina de Análise de Investimentos noturno.

Com isso, pôde-se traçar um perfil geral dos alunos respondentes dos questionários, quanto ao sexo, idade, semestre e turno, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Identificação dos respondentes

		Total de Participantes	125	Percentual
Sexo	Feminino	53	42%	
	Masculino	72	58%	
Idade	Entre 20 e 22	62	50%	
	Entre 23 e 25	33	26%	
Semestre	Acima de 25	30	24%	
	5º	3	2%	
Turno	6º	34	27%	
	7º	43	34%	
	8º	27	22%	
	9º ou acima	18	14%	
	Diurno	52	42%	
	Noturno	73	58%	

Fonte: Pesquisa direta

Já com relação às informações sobre a renda dos respondentes, que corresponde a um dos objetivos do estudo, o questionário abordou questões sobre os valores das rendas pessoal e mensal dos respondentes e sobre a principal fonte de renda. Essas informações estão apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 6 - Renda dos respondentes

		Total de Participantes	125	Percentual
Renda pessoal mensal	Até R\$ 500,00	35	28%	
	R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00	41	33%	
	R\$ 1.001,00 até R\$ 1.500,00	19	15%	
	R\$ 1.501,00 até R\$ 2.000,00	6	5%	
	Acima de R\$ 2.000,00	17	14%	
	Não possui	7	6%	
Renda familiar mensal	Até R\$ 1.000,00	5	4%	
	R\$ 1.001,00 até R\$ 2.000,00	27	22%	
	R\$ 2.001,00 até R\$ 3.000,00	22	18%	
	R\$ 3.001,00 até R\$ 4.000,00	21	17%	
	Acima de R\$ 4.000,00	50	40%	
	Estágio	43	34%	
Fontes de renda	Bolsa de estudo vinculada à faculdade	1	1%	
	Emprego informal	8	6%	
	Emprego formal	47	38%	
	Dinheiro dos pais	26	21%	

Fonte: Pesquisa direta

Conforme a tabela, percebe-se que a maior parte dos alunos possuem renda pessoal não muito elevada de até R\$ 500,00 e entre R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00 (totalizando 61% das respostas), proveniente principalmente de estágio e emprego formal (somando 72% das respostas). Já a renda familiar ficou mais distribuída acima de R\$1000,00, mas com maior freqüência para o valor acima de R\$ 4000,00, contando com 40% da amostra.

A segunda parte do questionário traz questões referentes ao endividamento pessoal, com o objetivo de traçar o perfil de endividamento dos alunos, conhecer a situação financeira deles quanto às dívidas e as razões que os levam a ficarem endividados.

Através dessas questões, observou-se que 48% dos alunos que responderam ao questionário não estão endividados e 52% encontram-se endividados, ou seja, possuem algum saldo devedor, resultante de uma dívida ou de mais do que uma ao mesmo tempo. Esses resultados estão equilibrados e mostram que o problema do endividamento não afeta um grande número de alunos de Administração. Entretanto, esperava-se que a maioria dos alunos da amostra não estivessem endividados, por conta dos conhecimentos financeiros recebidos na faculdade.

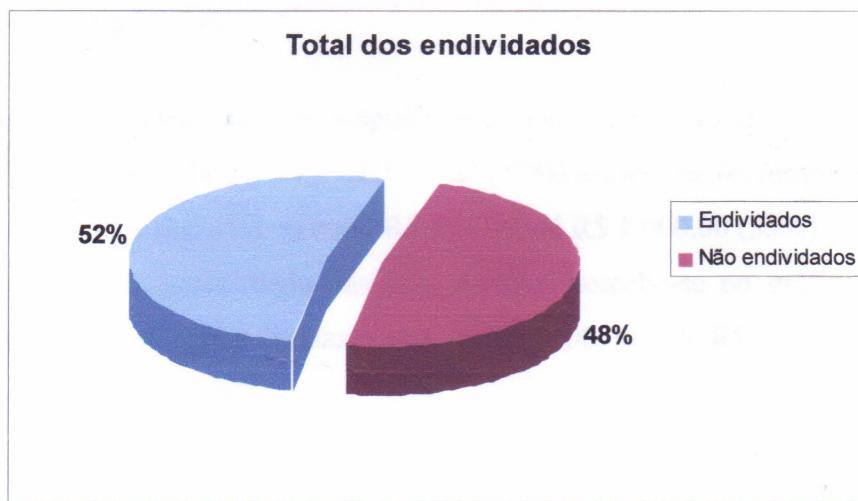


Gráfico 7 - Percentual de respondentes que se encontram endividados e não endividados

Fonte: Pesquisa direta

Com base no total de alunos endividados do (GRÁFICO 7), na tabela 5 e na tabela 6; é possível cruzar as informações e traçar o perfil dos respondentes endividados quanto ao sexo, idade, semestre, turno e renda pessoal mensal; possibilitando uma análise mais detalhada desses. Essas informações foram agrupadas na tabela a seguir.

Tabela 7 - Perfil dos respondentes endividados

		Total dos endividados	65	Percentual
Sexo	Feminino	25	38%	
	Masculino	40	62%	
Idade	Entre 20 e 22	31	48%	
	Entre 23 e 25	13	20%	
Semestre	Acima de 25	21	32%	
	5º	2	3%	
Turno	6º	14	22%	
	7º	20	31%	
Renda pessoal mensal	8º	21	32%	
	9º ou acima	8	12%	
Turno	Diurno	15	23%	
	Noturno	50	77%	
Renda pessoal mensal	Até R\$ 500,00	14	22%	
	R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00	23	35%	
Renda pessoal mensal	R\$ 1.001,00 até R\$ 1.500,00	11	17%	
	R\$ 1.501,00 até R\$ 2.000,00	3	5%	
Renda pessoal mensal	Acima de R\$ 2.000,00	12	18%	
	Não possui	2	3%	

Fonte: Pesquisa direta

Como pode ser observado, os respondentes endividados são em sua maioria homens (62%), entre 20 e 22 anos (48%), do 7º (31%) e 8º (32%) semestres, do turno da noite (77%) e cuja renda é até R\$ 500,00 (22%) ou entre R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00 (35%).

Quanto ao valor aproximado das suas dívidas, percebe-se no gráfico a seguir, que correspondem em sua maioria a dívidas acima de R\$ 1000,00 e de R\$ 1001,00 a R\$ 2000,00 (representando 73% da amostra).

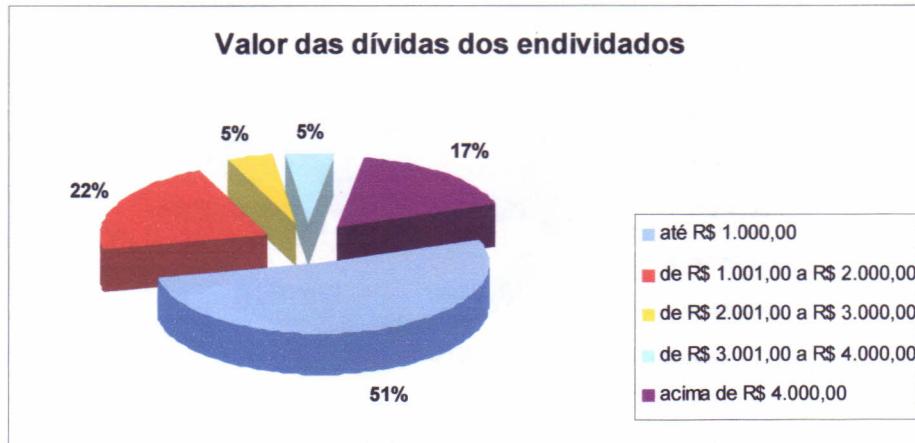


Gráfico 8 - Percentual dos valores das dívidas dos endividados

Fonte: Pesquisa direta

Com base nisso, percebe-se que as dívidas superam a renda pessoal da maioria dos respondentes endividados, uma vez que essa está concentrada nos valores de até R\$ 500,00 e entre R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00. Isso significa que para algumas dessas pessoas, as despesas superam as receitas, gerando um fluxo de caixa negativo.

Entretanto, conforme o gráfico a seguir, as dívidas desses respondentes são em sua maioria de curto prazo, uma vez que 63% das dívidas deles tem prazos inferiores a um ano, baseando-se no conceito de curto prazo de dívidas do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC) do Ceará.

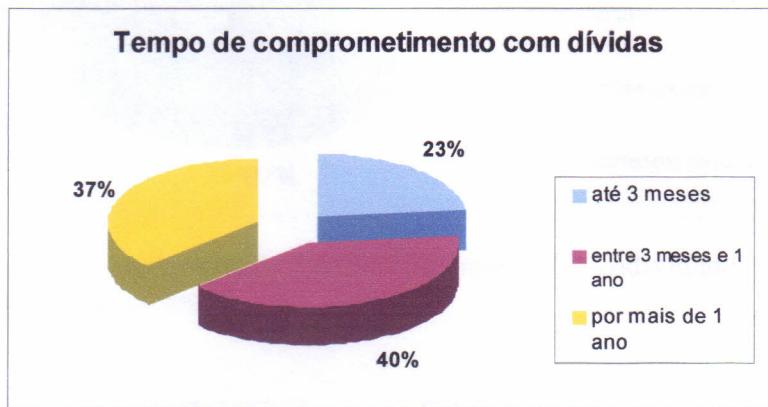


Gráfico 9 - Tempo de comprometimento dos endividados com dívidas
Fonte: Pesquisa direta

A pesquisa também revelou que entre as despesas que mais afetaram as dívidas dos entrevistados, destacam-se as despesas com compra de bens (41%), com lazer (17%) e vestuário (15%), conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo.

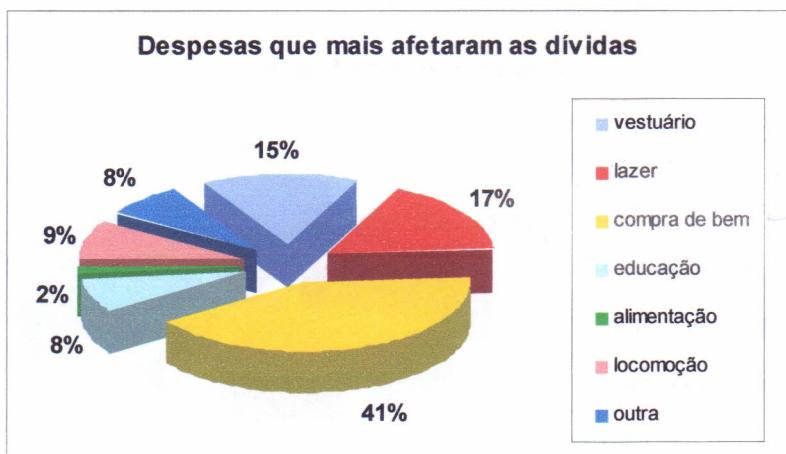


Gráfico 10 - Percentual das despesas que mais afetaram as dívidas
Fonte: Pesquisa direta

Para efetuar essas dívidas, os instrumentos de crédito utilizados pelos respondentes endividados foram: cartões de crédito, citado por 67% dos participantes; empréstimo pessoal, com 25% das respostas; cartões de loja, com 6%; e cheque, com 2%, como é possível observar no gráfico a seguir.

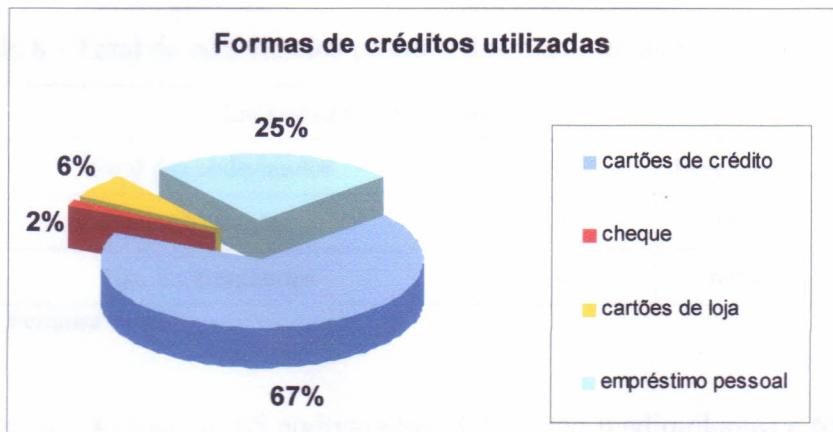


Gráfico 11 - Formas de crédito utilizadas pelos endividados
Fonte: Pesquisa direta

Quanto aos motivos que influenciaram a condição financeira adversa dos respondentes endividados, de acordo com o exposto no gráfico abaixo, destacam-se: o fácil acesso ao crédito, com 27% das respostas; outros motivos, com 26% das respostas e o consumismo, correspondendo a 23% das respostas. Dentre os 26% dos respondentes que escolheram a opção outro motivo, citaram motivos muito diferenciados como necessidade de comprar equipamentos para trabalhar, inadimplência de clientes, falta de informações, etc.

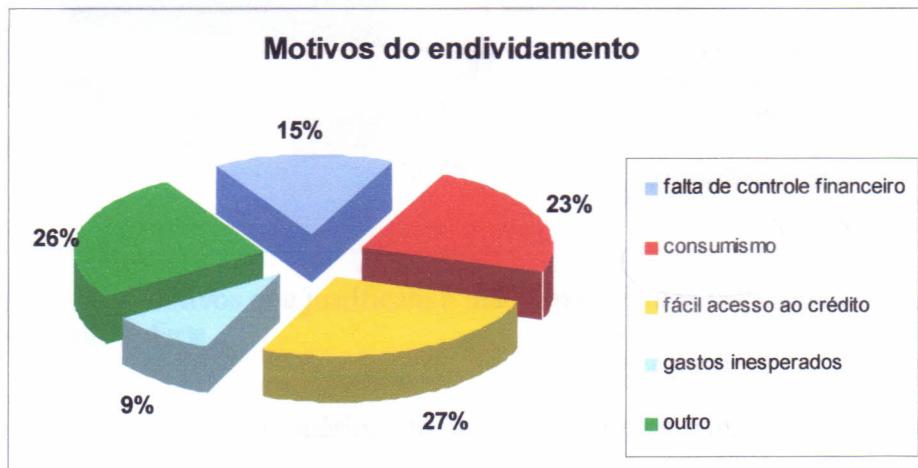


Gráfico 12 - Motivos que justificam o endividamento dos respondentes
Fonte: Pesquisa direta

Além de informações sobre o endividamento dos participantes da pesquisa, levantou-se quanto desses endividados estavam inadimplentes, ou seja, com contas em atraso, como pode ser visto na tabela 8 abaixo. Essa informação é importante, uma vez que o conceito de inadimplência é diferente do conceito de endividamento, como já foi discutido na parte teórica do estudo.

Tabela 8 - Total de endividados pesquisados inadimplentes

Endividados inadimplentes		
Total dos endividados	65	Percentual
Inadimplentes	22	34%
Não inadimplentes	43	66%

Fonte: Pesquisa direta

Com base nisso, do total de 65 endividados, 34% estão inadimplentes e 66% não são inadimplentes. Essa situação, como pode ser analisado no GRÁFICO 13, ocorreu principalmente em função da falta de controle financeiro e da ocorrência de gastos inesperados dos respondentes, ambas com a mesma percentagem de respostas (27%), como também, o fato de ter que pagar dívidas de outras pessoas, com 23% das respostas.

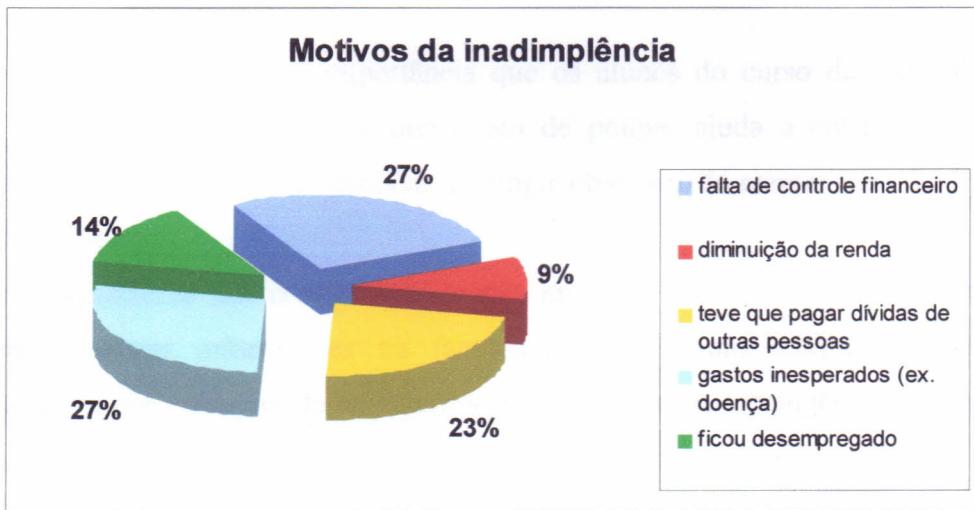


Gráfico 13 - Motivos que justificam a inadimplência dos respondentes
Fonte: Pesquisa direta

Já a terceira parte do questionário, referente às questões sobre o perfil financeiro, procurou-se levantar informações sobre poupança, investimentos e planejamento dos

respondentes para verificar se os conhecimentos financeiros adquiridos por eles eram aplicados em suas vidas práticas.

Com isso, foi possível constatar conforme o GRÁFICO 14, que uma grande parte dos respondentes (80%) poupa dinheiro, valor que corresponde a 100 pessoas numa amostra de 125. Esse valor é muito superior ao total de pessoas que não pouparam, que corresponde 25 respondentes, representando 20% da amostra pesquisada.

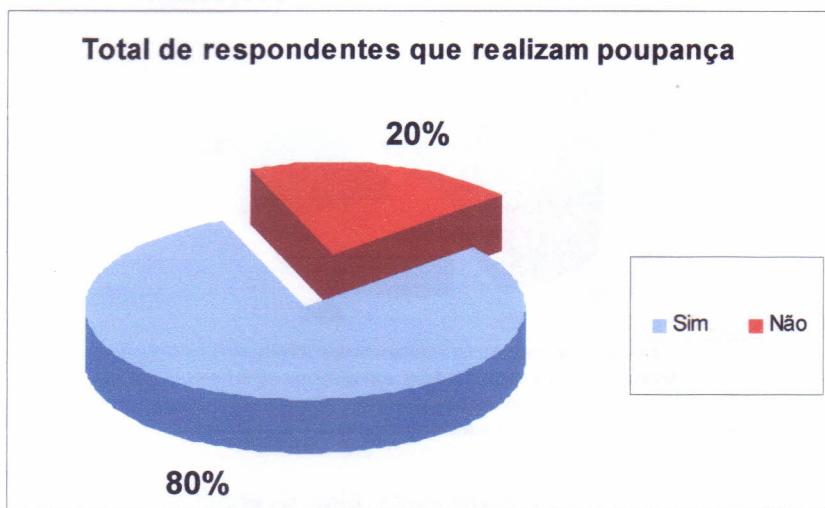


Gráfico 14 - Percentagem de respondentes que pouparam dinheiro
Fonte: Pesquisa direta

Esse resultado demonstra a importância que os alunos do curso de Administração pesquisados dão à poupança, uma vez que o ato de poupar ajuda a enfrentar situações imprevisíveis e emergenciais, como também, a atingir objetivos de caráter material, como a compra da casa própria.

Tal comportamento em relação à poupança era algo esperado, uma vez que esses alunos recebem muitas informações na faculdade sobre como administrar situações inesperadas através, por exemplo, da manutenção de reservas para contingências entre outras informações.

A pesquisa também analisou o perfil investidor desses alunos a fim de saber como eles estão realizando suas aplicações financeiras, quais seus objetivos ao fazer investimentos e testar o conhecimento deles sobre o assunto através de uma pergunta sobre retorno financeiro.

Em relação às aplicações no mercado financeiro até hoje, como pode ser observado no gráfico a seguir, dos 125 respondentes, 39% limitaram seus investimentos sempre ao mercado de renda fixa, ou seja, caderneta de poupança, CDB, RDB, fundos de renda fixa e etc. 15%

dos respondentes, além dos investimentos em renda fixa; já investiram em renda variável (ações, fundos de ações, imóveis, etc.). 24% desses nunca fizeram nenhum tipo de investimento, pois admitiram não possuir recursos financeiros sobrando e 22% não investem porque alegam não ter conhecimentos suficientes para tal, situação essa contraditória já que eles recebem muitas instruções sobre investimentos durante o curso.



Gráfico 15 - Tipos de aplicações financeiras dos respondentes
 Fonte: Pesquisa direta

Quanto aos objetivos desses ao fazer investimentos, de acordo com o GRÁFICO 16, verificou-se que 66% dos participantes da pesquisa afirmaram que ao fazer um investimento buscam obter um crescimento moderado de capital, 26% procuram um crescimento rápido e/ou significativo de capital e 8% querem preservar o capital (protegê-lo da inflação).

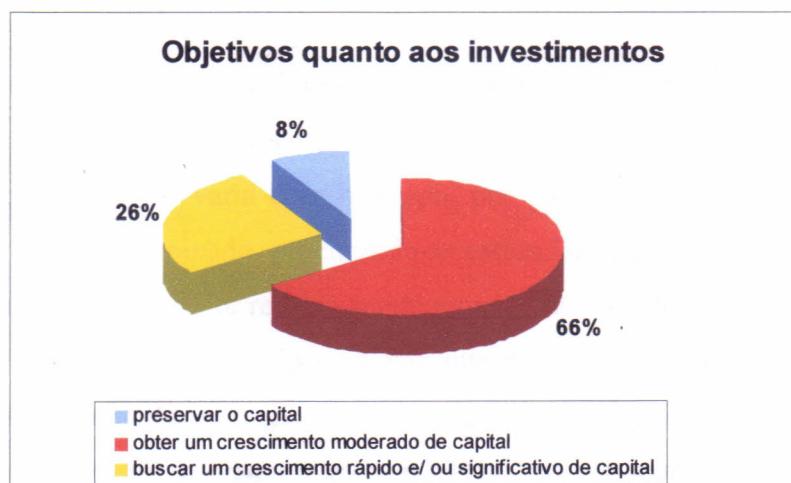


Gráfico 16 - Objetivo dos respondentes quanto aos investimentos
 Fonte: Pesquisa direta

Como a maioria dos alunos respondentes disse que procura obter um crescimento moderado de capital (66% do total da amostra), pode-se considerar que eles têm um perfil de investidor moderado. Já os demais são conservador (os que querem preservar o capital) e arrojado (os que querem obter um crescimento de capital de forma rápida). Isso justifica porque a maioria dos investimentos que os respondentes realizam é em renda fixa, uma vez que investidores de perfil moderado procuram investimentos que não sejam muito arriscados.

Já quando perguntados sobre os investimentos que proporcionam maior retorno, considerando a possibilidade de não ter um prazo definido para resgate; o resultado obtido foi: imóveis com 34% das respostas, ações com 30%, negócio próprio com 24% e poupança com 12%. Por meio dessa pergunta foi possível avaliar a percepção dos respondentes quanto ao risco e retorno dos investimentos.



Gráfico 17 - Percentual dos investimentos que proporcionam maior retorno segundo os respondentes

Fonte: Pesquisa direta

Conforme Halfeld (2001), os investimentos relacionados no gráfico em ordem crescente de risco e retorno são poupança, imóveis, ações e negócio próprio. Também segundo o mesmo autor o risco varia com o tempo, por isso a questão determinou que o resgate fosse por tempo indeterminado, procurando-se estimular os respondentes a escolher o investimento que proporciona o maior retorno sendo pouco afetado pelo risco ao longo prazo.

O resultado obtido foi satisfatório uma vez que a maioria dos respondentes (88%) escolheu entre os investimentos com maior retorno (negócio próprio, ações e imóveis), apesar de que a maior percentagem foi referente a imóveis (34%), que de acordo com o autor citado é o terceiro investimento que proporciona maior retorno dentre os relacionados, depois dos negócios próprios e as ações.

Com relação às perguntas referentes a planejamento financeiro, constatou-se que a maior parte dos respondentes entrevistados, 81% da amostra, planeja suas finanças pessoais conforme pode ser observado no gráfico abaixo.



Gráfico 18 - Percentual dos respondentes que fazem ou não planejamento
Fonte: Pesquisa direta

Isso mostra como eles percebem a importância do planejamento para enxergar melhor o futuro, atingir determinados objetivos e conhecer melhor suas finanças. Esse comportamento, assim como o relacionado à poupança, pode ser atribuído a influência das disciplinas do curso Administração, uma vez que o planejamento é um assunto bastante discutido por quase todas as suas disciplinas.

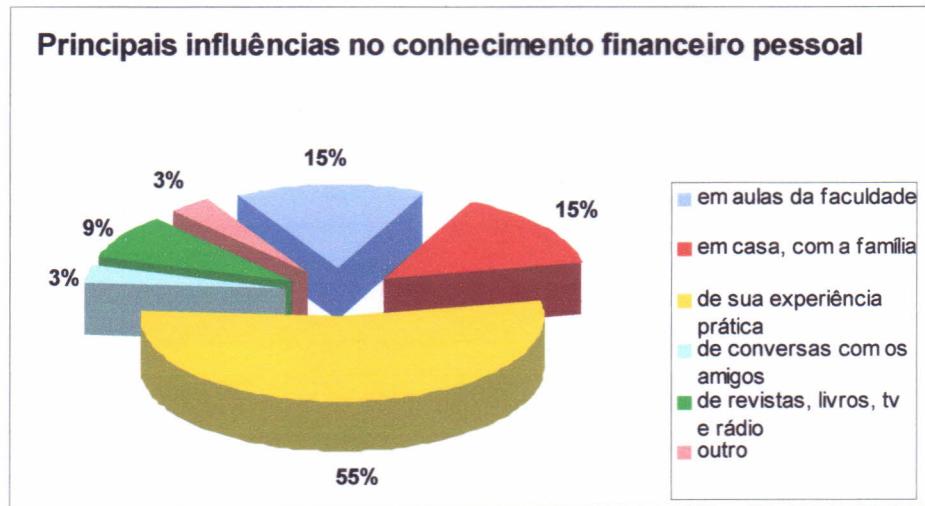
Além disso, o planejamento realizado por esses alunos, em sua maioria, segue um procedimento simples de acompanhamento de receitas e despesas, sem aprofundar nas análises e na utilização de ferramentas financeiras (opção citada por 71% dos respondentes). O horizonte de tempo dos seus planejamentos é, em boa parte, de curto prazo, opção escolhida por 62% dos respondentes e quanto às ferramentas financeiras utilizadas, os orçamentos (47% das respostas) e o fluxo de caixa (36% das respostas) foram os mais citados, uma vez que essas são ferramentas financeiras mais conhecidas. Esses resultados podem ser analisados na tabela abaixo.

Tabela 9 - Informações sobre o planejamento dos pesquisados

	Total que realizam planejamento	101	Percentual
Prazos do planejamento	Curto prazo (até 1 ano)	63	62%
	Médio prazo (de 1 a 5 anos)	33	33%
	Longo prazo (mais de 5 anos)	5	5%
Formas de realização	Segue um processo de desenvolvimento que envolve análise da situação atual, definição de objetivos, elaboração de planos e orçamentos, etc.	29	29%
	Realiza um procedimento simples, acompanhando as receitas e despesas, sem aprofundar nas análises e na utilização de ferramentas financeiras.	72	71%
Ferramentas utilizadas	Fluxo de caixa	36	36%
	Orçamentos	47	47%
	Balanço financeiro	10	10%
	Demonstração de rendimentos	7	7%
	Outro	1	1%

Fonte: Pesquisa direta

A última questão do questionário, cujos resultados podem ser visualizados no gráfico abaixo, procurou apurar qual era a principal fonte do conhecimento financeiro utilizado pelos respondentes para gerir suas finanças. Dentre as opções sugeridas, as mais citadas foram a experiência prática (55%), as aulas da faculdade (15%) e a família (15%).

Gráfico 19 - Fontes do conhecimento financeiro pessoal dos respondentes
Fonte: Pesquisa direta

Esse resultado comprova que as aulas da faculdade são umas das grandes fontes de informações utilizadas por esses alunos no gerenciamento de suas finanças. Entretanto, a alternativa mais votada foi a experiência prática, o que pode ser um resultado compreensível, uma vez que muitos dos conhecimentos financeiros recebidos pelos alunos na faculdade não são postos em prática e a experiência acaba sendo um dos meios mais rápidos e práticos para adquirir conhecimentos.

Além das análises feitas acima, é necessário concluir sobre a pesquisa de uma forma geral, considerando os objetivos pretendidos, o problema e as hipóteses propostas. Isso será feito a seguir, na conclusão.

6 CONCLUSÃO

Com o objetivo de estudar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Administração de Empresas na Universidade Federal do Ceará, foi possível abordar no referencial teórico, alguns assuntos de Finanças Pessoais, como Poupança, Investimento, Planejamento Financeiro Pessoal e Endividamento.

Esses assuntos são muito importantes e seus estudos estão interligados, uma vez que a maioria das pessoas passa por um ciclo financeiro ao longo de suas vidas, ganhando dinheiro, poupando, investindo, planejando o futuro e muitas vezes adquirindo dívidas durante esse curso.

Quanto à pesquisa de campo, foi possível atingir os objetivos pretendidos através dos questionários aplicados. O objetivo geral de estudar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Administração de Empresas foi conseguido através das correlações estabelecidas entre as questões sobre informações pessoais e endividamento.

Com isso, percebeu-se que, entre os alunos pesquisados, os mais afetados pelo endividamento são homens (62%), entre 20 e 22 anos (48%), do 7º (31%) e 8º (32%) semestres, do turno da noite (77%) e cuja renda é até R\$ 500,00 e entre R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00.

Os objetivos específicos também foram atingidos, uma vez que se conseguiu conhecer a situação financeira dos estudantes pesquisados com relação aos seus níveis de renda e dívidas, verificando-se que boa parte deles possui renda pessoal de até R\$ 500,00 e entre R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00 (totalizando 61% das respostas), proveniente principalmente de estágio e emprego formal (somando 72% das respostas) e o valor de suas dívidas são de até R\$ 1000,00 e entre R\$ 1001,00 a R\$ 2000,00 (representando 73% da amostra).

Além disso, constatou-se através de questões referentes à poupança, investimentos e planejamento se os conhecimentos adquiridos pelos alunos respondentes eram aplicados em suas vidas práticas. Quanto a isso, pode-se perceber que em sua maioria, os alunos afirmaram poupar dinheiro (80% dos respondentes); fazer aplicações financeiras em renda fixa e variável (54% dos respondentes), procurando obter um crescimento moderado e significativo de capital; e planejar suas finanças pessoais (81% dos respondentes), realizando procedimentos simples e utilizando as ferramentas financeiras mais conhecidas.

Esses comportamentos em relação à poupança, investimento e planejamento pode ser atribuído a influência do curso de Administração, uma vez que esses assuntos são bastante

discutidos por quase todas as suas disciplinas. No entanto, um estudo mais detalhado considerando os conteúdos das disciplinas de Finanças, o conhecimento dos alunos sobre elas e a análise da situação financeira deles, poderia concluir mais informações.

Já as hipóteses propostas para solucionar o problema, que era saber se os alunos que cursam Administração de Empresas encontram-se endividados como os jovens analisados por instituições que realizam pesquisas sobre o endividamento do consumidor, foram testadas.

A hipótese que afirmou que as causas do endividamento de alguns estudantes eram a falta de controle financeiro, o consumismo desenfreado, o fácil acesso ao crédito e o acontecimento de situações que levam a ocorrência de gastos foi confirmada, uma vez que a maior parte dos respondentes (74%) apontou essas como as causas do seu endividamento.

Enquanto a hipótese que formulava que os conhecimentos financeiros adquiridos pelos alunos de Administração ao longo do curso eram aplicados nas suas vidas práticas, por isso se presumia que esses não se encontravam endividados não foi confirmada. Isso porque se constatou que 52% dos alunos pesquisados encontravam-se endividados, resultado esse não esperado, apesar de ter sido equilibrado (52% endividados e 48% não endividados).

Também é importante ressaltar que o estudo realizado possibilita outras vias de pesquisa, como realizar uma investigação descritiva considerando o endividamento de alunos de cursos de várias áreas de ensino e de diferentes universidades, verificando se a formação financeira é uma variável importante e indiretamente relacionada ao endividamento.

Outra pesquisa possível é realizar estudos descritivos mais detalhados sobre o perfil dos alunos de Administração quanto a Poupança, Investimentos ou Planejamento Financeiro Pessoal, tomando cada um desses assuntos como objeto de estudo.

Por fim, a importância desse estudo se concretiza por ter contribuído com informações quantitativas na área de Finanças Pessoais, que no país se encontra muito aquém dos países desenvolvidos. Esse e outros estudos que virão podem contribuir para mudar essa situação.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais.** 2005, 85p. Dissertação (Mestrado em Controladoria). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BODIE, Zvi, MERTON, ROBERT C. **Finanças.** Porto Alegre: Bookman, 1999.
- CAMARGO, Camila; CHEROBIM, Ana Paula Mussi S. Uma análise das interseções entre finanças pessoais, organizacionais e desempenho. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 3, n. 1, p. 131-160, jan./ jul., 2008.
- COLOMBO, Fábio. **A importância de poupar e investir.** Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/servicos/guiadoinvestidor/artigos/m0124927.html>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2009.
- COSTA, Mayla C. **Finanças Pessoais:** Um Estado de Arte. 2004, 106p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo.
- CORDEIRO, Raphael. **O sovina e o perdulário:** em busca do sucesso financeiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CRUMBLEY, Larry D.; Smith, Murphy. **Keys to Personal Financial Planning.** 3^a ed. Barron's Educational Series, 2002.
- DLABAY, Les R.; HUGHES, Robert J.; KAPOOR, Jack R. **Personal Finance.** 7^a ed. MacGraw Hill, 2004.
- DUQUE, Hélio. **A armadilha do endividamento.** Disponível em:<<http://www.parana-online.com.br/colunistas/175/58717/>>. Acesso em: 22/ fev./ 2009.
- EID JUNIOR, William. **Guia Folha Finanças.** São Paulo: Publifolha, 2001.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços.** 13^a ed. Rio de Janeiro: Qualimark, 1999.
- FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- _____. **Guia prático para cuidar do seu orçamento: viva melhor sem dívidas.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira Essencial.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2001.
- HALLES, Claudia Regina; HILGEMBERG, Emerson Martins; SOKOLOWSKI, Rivelto. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida.** Disponível em:<

http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financ_eira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf. Acesso em: 10/ mar./ 2009.

HALFELD, M. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001.

HALLMAN, Vitor G.; ROSENBLUM, Jerry S. **Personal Financial Planning.** 7^a ed. McGraw-Hill, 2003.

НОЛ, Masakazu. **Administração Financeira, Uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza.** c2009. Disponível em: <<http://www.fecomercio-ce.org.br>>. Acesso em: 06/mar./2009.

INSTITUTO DE ECONOMIA GASTÃO VIDIGAL. **Indicadores – SPC.** Disponível em: <<http://www.acsp.com.br>>. Acesso em: 10/jan./2009.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre:** o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 56^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KOSTERS, Wim; PAUL, Stephan; STEIN, Stefan. An economic analysis of the EU Commission's proposal for a new Consumer Credit Directive: Offering consumers more protection or restricting their option?. **Intereconomics**, v. 39, n. 2, p. 84-69, marc./abril, 2004.

LESSA, Carlos. **As armadilhas da economia.** Disponível em: <http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1981>. Acesso em: 20/fev./2009.

LUQUET, M. **Guia Valor Econômico de finanças pessoais.** São Paulo: Globo, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas. 2001.

MATTAR, Fruze Najib. **Pesquisa de Marketing.** São Paulo:Atlas, 1996.

NISSENBAUM, Martin; RAASCH, Barbara J.; RATNER, Charles L. **Ernst & Young's personal financial planning guide.** 5^a ed. New Jersey: Wiley, 2004.

NUNES, Flávia Furlan. **Inadimplência:** jovens são os que mais atrasam pagamento da fatura de cartão de crédito. Disponível em:<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=1272298&path=/suasfinancas/orcamento/cartao_de_credito/>. Acesso em: 10/fev./2009).

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Desemprego e sobreendividamento dos consumidores:** contornos de uma “ligação perigosa”. Disponível em: <http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>. Acesso em: 20/nov./2008.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobreendividamento das famílias:** Conceitos e estatísticas para sua avaliação. c2002. Disponível em:

<http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>
. Acesso em: 10/jan./2009.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Inquérito sobre os comportamentos e os valores econômicos dos jovens.** c2002. Disponível em: <http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/inquerito_a_jovens.pdf>. Acesso em: 15/fev./2009.

PIMENTA, Regina. **Consumidores com renda entre 4 e 6 salário são os mais inadimplentes.** c2009. Disponível em: < <http://www.pimenta.com>>. Acesso em: 05/fev./2009.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil.** 2007, 160p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo.

SAITO, André Taue ; SANTANA, Flávia de Angelis; SAVOIA, Jose Roberto Ferreira. Paradigmas da educação financeira no Brasil. RAP. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 1, p. 1121-1141, 2007.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças Pessoais:** invista em seu futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SERASA. **Estudos de inadimplência.** c2009. Disponível em: < <http://www.serasa.com.br/empresa/noticias>>. Acesso em: 10/jan./2009.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em finanças pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

TOLLOTI, Márcia. **As armadilhas do consumo:** saia do vermelho e come a investir. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

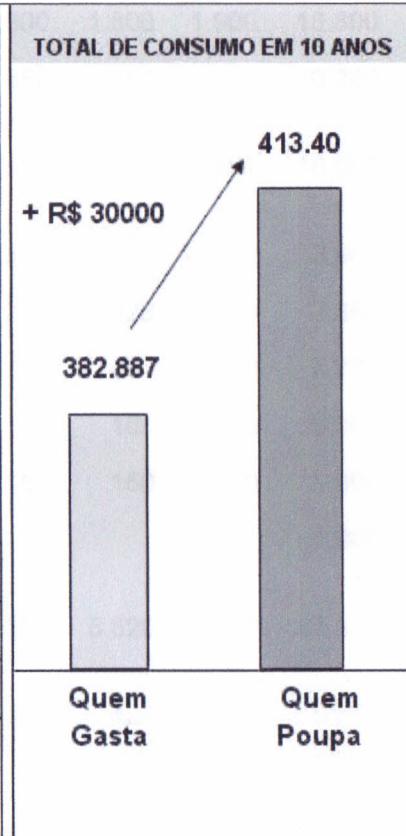
VERGANA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda.** 2007, 57p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo.

ANEXO A - Comparação financeira entre um poupador e um não poupador

QUEM ADIANTA CONSUMO, CONSUME MENOS NO LONGO PRAZO											
	ANO 01	ANO 02	ANO 03	ANO 04	ANO 05	ANO 06	ANO 07	ANO 08	ANO 09	ANO 10	TOTAL
RENDIMENTOS	30.000	30.000	35.000	35.000	40.000	40.000	45.000	45.000	50.000	50.000	400.000
GASTOS COM CONSUMO	(32.000)	(32.000)	(35.000)	(35.000)	(35.000)	(35.000)	(50.000)	(50.000)	(40.000)	(38.887)	(382.887)
SALDO	(2.000)	(4.600)	(5.980)	(7.774)	(5.106)	(1.638)	(7.129)	(14.628)	(8.549)	0	0
GASTOS FINANCEIROS (JUROS DE 30% AO ANO)	(600)	(1.380)	(1.794)	(2.332)	(1.532)	(491)	(2.139)	(4.280)	(2.585)	0	(17.113)

QUEM ADIA CONSUMO, CONSUME MAIS NO LONGO PRAZO											
	ANO 01	ANO 02	ANO 03	ANO 04	ANO 05	ANO 06	ANO 07	ANO 08	ANO 09	ANO 10	TOTAL
RENDIMENTOS	30.000	30.000	35.000	35.000	40.000	40.000	45.000	45.000	50.000	50.000	400.000
GASTOS COM CONSUMO	(28.000)	(28.000)	(32.000)	(32.000)	(36.000)	(36.000)	(42.000)	(50.000)	(60.000)	(69.405)	(382.887)
SALDO	2.000	4.200	7.620	11.382	16.520	22.172	27.389	25.128	17.641	0	0
GANHOS FINANCEIROS (JUROS DE 10% AO ANO)	200	420	762	1.138	1.652	2.217	2.739	2.513	1.764	0	13.405



Fonte: Cordeiro (2007, p.38)

Recebimentos	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Total
Rendimentos Líquidos	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	72.000
Pagamentos													
Alimentação	1.300	1.350	1.400	1.450	1.500	1.600	1.700	1.650	1.550	1.600	1.800	1.900	18.800
Prestação do carro	850	850	850	850	850	850	850	850	850	850	850	850	10.200
Prestação do apartamento	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	18.000
Seguro	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	3.600
Combustível	200	180	190	220	250	230	240	210	250	260	220	200	2.650
Plano de saúde	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	7.200
Lazer	200	800	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	2.000
Vestuário	300	100	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	1.900
Despesas extras			1.000										1.000
Total dos Pagamentos	5.250	6.680	5.090	5.170	5.250	5.330	5.440	5.360	5.300	5.360	5.520	5.600	65.350
Superávit (Déficit) do mês	750	(680)	910	830	750	670	560	640	700	640	480	400	6.650
Saldo Anterior	-	750	70	980	1.810	2.560	3.230	3.790	4.430	5.130	5.770	6.250	980
Saldo Acumulado	750	70	980	1.810	2.560	3.230	3.790	4.430	5.130	5.770	6.250	6.650	7.630

Fonte: Segundo (2003, p. 59)

ANEXO C - Modelo de Fluxo de Caixa

RECEITAS	MENSALMENTE	ANUALMENTE
Salário		
Bônus		
Dividendos		
Juros		
Aluguéis e royalties		
Previdência social		
Pensões recebidas de parentes		
Outras receitas		
TOTAL AVALIADO EM CAIXA		
DESPESAS		
Destinação de dinheiro para você		
Prestação da casa		
Gás		
Eletricidade		
Água		
Supermercado		
Impostos		
Prestação do carro		
Combustível		
Cartão de crédito		
Seguros		
Vida		
Saúde		
Deficiência		
Carro		
Casa		
Outros		
Plano de saúde		
Educação		
Vestuário		
Medicamentos		
Férias		
Entretenimento		
Contribuições de caridade		
Presentes		
Itens pessoais		
Poupança / investimentos		
Fundo para férias		
Fundo de emergência		
Fundo de investimento		
Outros		
Outros pagamentos		
TOTAL DAS DESPESAS	()	()
CAIXA LÍQUIDO		

Fonte: Nissenbaum, Raash e Ratner (2004, p.13).

ANEXO D - Detalhamento dos objetivos financeiros

OBJETIVOS	Curto prazo (0 - 1 ano)	Médio prazo (1 - 5 anos)	Longo prazo (5 - 10 anos)	Longuíssimo prazo (>10 anos)
Educação				
Reducir dívidas				
Comprar uma casa				
Fazer reformas na casa				
Comprar um carro				
Grandes aquisições (ex. obras de arte)				
Fazer a viagem dos sonhos				
Diminuir o imposto de renda				
Mudar de emprego				
Comprar uma casa de férias				
Adquirir independência financeira				
Adquirir uma renda extra na aposentadoria				
Fazer doações de caridade				
Ter filhos				
Fazer seguro para deficiência				
Fazer provisão para sobrevivência em caso de morte de membro da família				
Proteger-se da inflação				
Aposentar-se				
Abrir um negócio				
Outros				

Fonte: Nissenbaum, Raash e Ratner (2004, p.18).

ANEXO E - Exemplo de orçamento

ORÇAMENTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	TOTAL NO ANO (MENSAL X 12 + ANUAL)	MÉDIA MENSAL (TOTAL ANO /12)	%
1 Receita Bruta Total					
1.1 Receita Bruta					
1.1.1 Salário					
1.1.2 Bônus					
1.1.3 Restituição de IR					
1.1.4 Previdência INSS					
1.1.5 Previdência Privada					
2. Total de Impostos					
2.1 Impostos					
2.1.1 Imposto de Renda Fonte					
2.1.2 IR Outros					
2.1.3 INSS					
2.1.4 CPMF					
3. Renda Líquida					
4.1 Despesas Fixas					
4.1.1 Academia					
4.1.2 Aluguel					
4.1.3 Celular					
4.1.4 Condomínio					
4.1.5 Consultas e Exames					
4.1.6 Educação					
4.1.7 Diarista					
4.1.8 Plano de Saúde					
4.1.9 Internet/TV a Cabo					
4.1.10 IPTU					
4.1.11 Lavanderia					
4.1.12 Luz/ Gás/ Água					
4.1.13 Mesada - Filhos					
4.1.14 Remédios					
4.1.15 Seguro de Vida					
4.1.16 Supermercado/ Alimentação					
4.1.17 Telefone Fixo					
4.2 Gastos com Veículos					
4.2.1 Depreciação					
4.2.2 Estacionamento					
4.2.3 Gasolina					
4.2.4 IPVA					
4.2.5 Limpeza					
4.2.6 Manutenção					
4.2.7 Multas					
4.2.8 Pedágio					
4.2.9 Seguro					
4.3 Gastos Financeiros					
4.3.1 Anuidade Cartão de Crédito					
4.3.2 Juros Apartamento/					

Financiamento					
4.3.3 Juros Cheque Especial					
4.3.4 Juros Veículos					
4.3.5 Seguro Cartão					
4.3.6 Taxas Bancárias					
4.4 Lazer					
4.4. Viagens					
4.4.2 Chácara / Sítio					
4.4.3 Cinema / Teatro/ Shows					
4.4.4 Entretenimento /Shopping					
4.4.5 Locadora de Filmes					
4.4.6 Restaurante/ Bar/ Pizzaria/ Discoteca					
4.5 Gastos Pessoais					
4.5.1 Assinaturas (Revistas, Jornais)					
4.5.2 Barbeiro/ Cabeleireiro/ Salão de Beleza					
4.5.3 Livros / CDs					
4.5.4 Roupas / Sapatos /Acessórios					
4.6 Gastos Extras					
4.6.1 Animais de Estimação					
4.6.2 Doações					
4.6.3 Manutenção					
4.6.4 Móveis					
4.6.5 Obras/ Reforma					
4.6.6 Presentes					
4.6.7 Utensílios/ Roupas Cama, Mesa e Banho					
4.6.8 Eletroeletrônicos					
5. Total de Despesas					
6. Saldo Disponível					

Fonte: Cordeiro (2007, p.61)

ANEXO F - RESULTADO DA PESQUISA DE INADIMPLÊNCIA - SCPC E SCPC CHEQUE (USECHEQUE)

1- QUE FORMA DE PAGAMENTO FOI USADA			
	set/08	set/07	set/06
CARNE	38%	41%	34%
CHEQUE	20%	31%	35%
CARTÃO DE CRÉDITO	19%	19%	18%
EMPRÉSTIMOS / CARTÃO DE LOJA	23%	9%	13%
SE EXISTIR ATRASO NOS DOIS SISTEMAS, SCPC E SCPC CHEQUE (Usecheque), QUAL OCORREU PRIMEIRO?			
	set/08	set/07	set/06
SCPC	46%	59%	65%
SCPC CHEQUE (USECHEQUE)	54%	41%	35%
SE CARNÊ OU CONTRATOS BANCÁRIOS:			
	set/08	set/07	set/06
UM	47%	39%	48%
DOIS	22%	25%	29%
TRÊS	18%	17%	12%
MAIS DE TRÊS	13%	19%	11%
SE CHEQUE, QUANTOS EM ATRASO ?			
	set/08	set/07	set/06
UM	19%	19%	18%
DOIS A CINCO	31%	31%	36%
SEIS A DEZ	25%	19%	19%
ONZE A VINTE	13%	18%	14%
MAIS DE VINTE	12%	13%	13%
O CHEQUE FOI PARA PAGAMENTO :			
	set/08	set/07	set/06
À VISTA	17%	21%	12%
PRÉ-DATADO	83%	79%	88%
2- FEZ EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTOS OU APOSENTADORIA?			
	set/08	set/07	set/06
SIM	13%	17%	17%
NÃO	87%	83%	83%
a)QUAL FOI O USO DO EMPRÉSTIMO?			
	set/08	set/07	set/06
QUITAR DÍVIDAS	55%	63%	65%
COMPRAR PRODUTOS	16%	11%	9%
AJUDAR A FAMÍLIA	10%	11%	12%
REFORMAR O IMÓVEL	15%	13%	8%
OUTROS	4%	2%	6%
b)OS PAGAMENTOS MENSAIS DESSE EMPRÉSTIMO FORAM RESPONSÁVEIS PELA INADIMPLÊNCIA?			
	set/08	set/07	set/06
SIM	54%	47%	50%
NÃO	46%	53%	50%
3- OUTRAS CAUSAS DA INADIMPLÊNCIA :			
	set/08	set/07	set/06
FICOU DESEMPREGADO	46%	55%	56%
ALGUÉM DA FAMÍLIA FICOU DESEMPREGADO	4%	4%	3%

DOENÇA EM FAMÍLIA	6%	5%	5%
DESCONTROLE DO GASTO	17%	9%	11%
QUEDA DE RENDA	5%	6%	5%
TER SIDO FIADOR, AVALISTA OU EMPRESTOU O NOME	17%	12%	11%
ATRASO NO RECEBIMENTO DE SALÁRIOS	2%	2%	2%
OUTROS	3%	7%	7%
4- CONTINUA DESEMPREGADO ?			
	set/08	set/07	set/06
SIM	44%	38%	38%
NÃO	56%	62%	62%
5- IDADE :			
	set/08	set/07	set/06
MENOS DE 20 ANOS	9%	7%	3%
DE 21 A 30	35%	24%	25%
DE 31 A 40	26%	30%	36%
DE 41 A 50	19%	26%	23%
DE 51 A 60	9%	11%	11%
MAIS DE 60 ANOS	2%	2%	2%
6- SEXO :			
	set/08	set/07	set/06
MASCULINO	58%	58%	65%
FEMININO	42%	42%	35%
7- RENDA MENSAL FAMILIAR :			
	set/08	set/07	set/06
DE 100 A 200 REAIS	-	4%	4%
DE 201 A 380 REAIS	-	5%	4%
DE 381 A 500 REAIS	-	13%	11%
DE 501 A 760 REAIS	-	19%	17%
DE 761 A 1.000 REAIS	-	24%	25%
DE 1.001 A 2.000 REAIS	-	25%	29%
ACIMA DE 2.000 REAIS	-	10%	10%
8-PRETENDE QUITAR SEU DÉBITO EM ATRASO NOS PRÓXIMOS 30 DIAS ?			
	set/08	set/07	set/06
SIM	52%	61%	69%
NÃO	28%	25%	31%
NÃO SABE	20%	14%	-
9- COM QUE RECURSOS PRETENDE QUITAR OS DÉBITOS ?			
	set/08	set/07	set/06
COM O SALÁRIO / CORTE DE GASTO	79%	77%	69%
COM O FGTS	4%	2%	4%
COM OS RECURSOS DAS FÉRIAS	2%	3%	4%
COM A POUPANÇA	4%	2%	1%
COM EMPRÉSTIMOS	2%	4%	7%
OUTROS	9%	12%	15%
10- PRETENDE FAZER COMPRAS À PRAZO NOS PRÓXIMOS MESES ?			
	set/08	set/07	set/06
SIM	26%	27%	-
NÃO	57%	63%	-
NÃO SABE	17%	10%	-
11- PRETENDE COMPRAR QUAL (QUAIS) PRODUTO (S)?			
	set/08	set/07	set/06
ELETRO / ELETRÔNICOS	8%	29%	-

MÓVEIS	11%	14%	-
ROUPAS / CALÇADOS	10%	13%	-
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	7%	7%	-
CELULAR	12%	5%	-
PRODUTOS DE INFORMÁTICA	8%	3%	-
AUTOMÓVEL	30%	16%	-
OUTROS	14%	13%	-

Fonte: Instituto de Economia Gastão Vidigal – ACSP

Nota: Os totais de questionários referentes às pesquisas de setembro/08, setembro/07 e setembro/06 foram respectivamente 618, 851, e 926.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Data: ___ / ___ / ___

Nota explicativa:

Esse questionário tem como objetivo verificar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Administração de Empresas e servirá como embasamento para a pesquisa de campo da monografia intitulada: Estudo sobre o perfil de endividamento dos alunos do curso de Administração de Empresas da FEAAC - UFC. Em vista disso, sua participação como aluno dessa instituição é muito importante para que se possam atingir os objetivos dessa pesquisa.

A seguir você encontrará questões fechadas divididas em três partes: identificação do participante, perfil de endividamento e perfil financeiro. **Em cada questão, escolha uma só opção e marque com X.** Não é necessário se identificar. Responda com sinceridade e desde já, obrigada pela sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Sexo: fem. masc.Idade: menos de 20 entre 20 e 22 entre 23 e 25 acima de 25Semestre que está cursando: 5º 6º 7º 8º 9º ou acimaTurno: manhã noiteQual sua principal fonte de renda: estágio bolsa de estudo vinculada à faculdade
 emprego informal emprego formal dinheiro dos paisRenda pessoal mensal: até R\$ 500,00 R\$ 501,00 até R\$ 1.000,00 R\$ 1.001,00 até R\$ 1.500,00
 R\$ 1.501,00 até R\$ 2.000,00 acima de R\$ 2.000,00 não possuiRenda familiar mensal: até R\$ 1.000,00 R\$ 1.001,00 até R\$ 2.000,00
 R\$ 2.001,00 até R\$ 3.000,00 R\$ 3.001,00 até R\$ 4.000,00 acima de R\$ 4.000,00

PERFIL DE ENDIVIDAMENTO

1. Atualmente, você possui dívidas? sim não

Se sim, continue respondendo as perguntas. Se não, passe para a pergunta 9, referente ao perfil financeiro.

2. Qual o valor aproximado delas: até R\$ 1.000,00 de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
 de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 de R\$ 3.001,00 até R\$ 4.000,00 acima de R\$ 4.000,00

3. O seu comprometimento com elas é de:

 até 3 meses entre 3 meses e 1 ano por mais de 1 ano4. Qual foi a principal forma de crédito utilizada quando as assumiu? cartões de crédito cheque
 cartões de loja carnês de loja empréstimo pessoal5. Que tipo de despesa mais afetou suas dívidas? vestuário lazer compra de bem (ex. veículo)
 educação alimentação locomoção outra, qual? _____

6. Qual motivo justifica o seu endividamento?

- falta de controle financeiro consumo fácil acesso ao crédito
 gastos inesperados (ex. doença) outro motivo, qual? _____

7. Você possui alguma dívida com pagamento em atraso? sim não

8. Se sim, porque isso aconteceu?

- falta de controle financeiro diminuição da renda teve que pagar dívidas de outras pessoas
 gastos inesperados (ex. doença) ficou desempregado outro motivo, qual? _____

PERFIL FINANCEIRO

9. Você procura poupar dinheiro para casos emergenciais ou visando atingir objetivos de caráter material (ex. compra de carro)? sim não

10. Em relação as suas aplicações no mercado financeiro até hoje:

- seus investimentos sempre ficaram restritos ao mercado de renda fixa (caderneta de poupança, CDB, RDB, fundos de renda fixa, etc.)
 além dos investimentos em renda fixa, você já investiu ou investe em ações, fundos de ações, imóveis, etc.
 você nunca investiu, pois não tem recursos sobrando.
 você nunca investiu, pois não tem conhecimentos suficientes para fazer aplicações.

11. Se você tivesse recursos para investir, sem ter um prazo definido para resgatar, qual dos investimentos abaixo você considera que proporcionaria maior retorno:

- poupança imóveis ações negócio próprio

12. Ao fazer um investimento, você acha que o mais importante é:

- preservar o capital (protegê-lo da inflação)
 obter um crescimento moderado de capital
 buscar um crescimento rápido e/ou significativo de capital (muito acima da poupança / inflação)

13. Com relação à organização das suas finanças, você costuma fazer planejamentos financeiros pessoais?

- sim não

Se sim, continue respondendo as perguntas. Se não, responda a pergunta 17.

14. Os seus planejamentos geralmente são de:

- curto prazo (até 1 ano) médio prazo (de 1 a 5 anos) longo prazo (mais de 5 anos)

15. Na elaboração dos seus planejamentos, você:

- segue um processo de desenvolvimento que evolue análise da situação atual, definição de objetivos, elaboração de planos e orçamentos, etc.
 realiza um procedimento simples, acompanhando suas receitas e despesas, sem aprofundar nas análises e na utilização de ferramentas financeiras.

16. Quais das ferramentas abaixo você mais utiliza para apoiar os seus planejamentos:

- fluxo de caixa orçamentos balanço financeiro
 demonstração de rendimentos outro, qual? _____

17. O conhecimento que você usa para gerir o seu dinheiro foi adquirido principalmente:

- em aulas da faculdade em casa, com a família de sua experiência prática
 de conversas com os amigos de revistas, livros, TV e o rádio outro, qual? _____

Obrigada pela sua colaboração!